

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA
EUNICE DE OLIVEIRA FRAZÃO PEREIRA DOS SANTOS

A IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA PARA
A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

FORMIGA – MG

2012

EUNICE DE OLIVEIRA FRAZÃO PEREIRA DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA PARA
A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitário de Formiga - UNIFOR
como requisito parcial para a obtenção de título
de Bacharel em Biblioteconomia.
Orientadora: Prof^a Syrlei Maria Ferreira

FORMIGA – MG

2012

Santos, Eunice de Oliveira Frazão Pereira dos

A importância da normalização bibliográfica para a elaboração de trabalhos acadêmicos / Eunice de Oliveira Frazão Pereira dos Santos. 2012.

86 p. : il.

Orientador: Prof^ª Syrlei Maria Ferreira

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Centro Universitário de Formiga-
Unifor, Curso de Biblioteconomia, 2012

1. Normalização bibliográfica. 2. Associação Brasileira de Normas Técnicas.
3. Funções da universidade. 4. Trabalhos acadêmicos. I. Centro Universitário de
Formiga-Unifor, Curso de Biblioteconomia. II. Título.

CDU 001.8

EUNICE DE OLIVEIRA FRAZÃO PEREIRA DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA PARA
A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-
MG como requisito parcial para a obtenção de
título de Bacharel em Biblioteconomia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Esp. Syrlei Maria Ferreira
Orientadora

Prof.^a. Sandra Mara Lasmar
Examinadora

Prof.^a. Ma. Naliana Dias Leandro
Examinadora

Formiga, 19 de novembro de 2012

A meus pais que sempre me apoiaram nos estudos, ao meu marido Marcelo que sempre esteve ao meu lado e à minha filha Maitê que chegou para me ensinar o verdadeiro significado das palavras papai e mamãe.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à professora Syrlei, pois sem sua generosidade em compartilhar conhecimentos e distribuir atenção para com seu aluno, eu não teria conseguido.

“Curiosidade, criatividade, disciplina e especialmente paixão são algumas exigências para o desenvolvimento de um trabalho criterioso, baseado no confronto permanente entre o desejo e a realidade.”

Mirian Goldenberg

RESUMO

Trabalho de conclusão de curso referente à aplicabilidade da normalização bibliográfica nos trabalhos acadêmicos sob a ótica de professores e bibliotecários atuantes no Centro Universitário de Formiga – UNIFOR. Objetiva analisar o papel das normas técnicas na feitura dos trabalhos acadêmicos, a dificuldade apresentada pelos alunos, a visão dos docentes e bibliotecários envolvidos no processo de produção científica. Questiona-se: Qual a importância da normalização bibliográfica na elaboração de trabalhos acadêmicos? A normalização bibliográfica é uma atividade reguladora, unificadora de formatos, procedimentos, a qual objetiva facilitar o registro, a transferência e a recuperação de informações, garantindo ainda uma padronização que facilita o uso e a disseminação de conteúdos dos documentos. A universidade, para bem cumprir suas três funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, incentiva a adoção dessas normas nos trabalhos acadêmicos em geral, já que o uso dessas regras garante os padrões formais para a apresentação gráfica dos trabalhos, proporcionando-lhes qualidade. Entretanto, os alunos em geral possuem dificuldade em compreender e aplicar essas regras, negligenciando seu uso. Assim, procurou-se, com esse trabalho, saber qual a visão dos profissionais da área biblioteconômica quanto à importância da normalização bibliográfica e quais as dificuldades de sua aplicação na elaboração de trabalhos acadêmicos, bem como saber em que medida a normalização bibliográfica facilita a produção científica e o seu registro por meio dos trabalhos acadêmicos. Como hipóteses iniciais foram apontadas o descaso que disciplina tão relevante possui perante a comunidade acadêmica e também o desconhecimento das normas até o ingresso do aluno no estudo universitário. As hipóteses foram confirmadas através da pesquisa de campo, a qual constatou tanto a importância da normalização na confecção dos trabalhos acadêmicos para aceitação da pesquisa na comunidade científica, quanto à dificuldade apresentada pelos estudantes devida ao fato de só tomarem conhecimento das regras ao ingressarem na universidade. Essa pesquisa objetiva tanto descrever a importância da normalização bibliográfica no feitura de trabalhos acadêmicos quanto identificar os tipos de trabalhos acadêmicos requisitados na universidade. Pretende-se ainda explanar sobre comunicação científica, as funções da universidade bem como apresentar as etapas de elaboração das normas bibliográficas e seus processos de atualizações efetuados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, que é o Fórum Nacional de Normalização. Classifica-se como um estudo de caso, com abordagem qualitativa, cujo instrumento de pesquisa escolhido foi a entrevista.

Conclui-se que a disciplina Metodologia Científica deve ser ministrada tanto nos períodos iniciais quanto nos períodos finais da graduação e que os professores de todas as matérias devem ser orientados a exigirem de seus alunos a aplicação das regras de normalização em todos os trabalhos.

Palavras-chave: Normalização bibliográfica. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Funções da universidade. Trabalhos acadêmicos.

ABSTRACT

This end of course work is related to the applicability of standardization in bibliographic academic works from the perspective of teachers and librarians working at Centro Universitário de Formiga- UNIFOR. It aims to analyze the role of technical standards used to do academic works, the difficulty faced by the students and the view of teachers and librarian involved in scientific production. It is questioned: What is the importance of bibliographical standardization in the preparation of academic works? Bibliographical standardization is a regulatory activity, unifying formats and procedures, which aims to make easier the registration, transfer and retrieval of information, ensuring a standardization that facilitates the use and dissemination of documents contents. The university, to meet well its three basic functions of teaching, research and extension, encourages the adoption of these standards in academic works in general, since the use of these rules ensures the formal standards for the graphical presentation of the work, providing them with quality. However, students, generally speaking, have difficulty in understanding and applying these rules, neglecting their use. Therefore, this work intends to know the view of library science professionals on the importance of bibliographical standardization and what the difficulties of its application in the development of academic works are, as well as to know in which extent bibliographic standardization facilitates scientific production and its record through academic works. Initially, some hypotheses were pointed out, such as how neglected this relevant subject is among the academic community and also the ignorance of the standards before the students enter university. The hypotheses were confirmed through field research, which confirmed both the importance of standardization in the production of academic works for acceptance in the scientific community and the difficulty faced by the students who don't know the standards until they enter university. We have concluded that the subject Scientific Methodology must be taught in the initial and in the final terms of graduation and that professors of all subjects should be instructed to demand the application of the standards by their students in all academic works. This research aims to describe the importance of bibliographical standardization in the academic works as well as to identify the kinds of academic works required at university. We also intend, through this work, to explain about science communication, the roles of the university, as well as to present the steps of compiling bibliographic standards and its update processes by the Brazilian Association of Technical Standards, which is the National Forum for Standardization. This work is classified as a case study with a qualitative approach, and the interview was the research instrument chosen.

Keywords: Bibliographic Standards. Brazilian Association of Technical Standards. Roles of the university. Academic works.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1	Estrutura da ABNT	19
2	Processo de elaboração de uma norma	24
3	Níveis da normalização	29
4	Espiral do Conhecimento	38
5	Selo de responsabilidade social nas IES.....	46
5	Experiência dos professores na área de normalização	68

LISTA DE TABELAS

1	Normas de Informação e Documentação da ABNT	31
2	Níveis do conhecimento	40
3	Situação da amostra pesquisada	63
4	Número de entrevistas concedidas.	67
5	Normas que apresentam maiores dificuldades em sua aplicação	69

LISTA DE SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMN	Associação Mercosul de Normalização
CB	Comitês Brasileiros
CE	Comissões de Estudos
CEE	Comissões Especiais de Estudo
CEPH	Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Humanos
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONMETRO	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
COPANT	Comissão Panamericana de Normas
IEC	Internacional Electrotechnical Commission
IES	Instituto de Ensino Superior
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ISO	Internacional Organization for Standardization
NBRs	Normas Brasileiras
ONS	Organismos de Normalização Setoriais
PNS	Plano de Normalização Setorial
SINMETRO	Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIFOR	Centro Universitário de Formiga

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	18
3	NORMALIZAÇÃO	25
4	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	34
5	TRABALHOS ACADÊMICOS	50
6	MATERIAIS E MÉTODOS	61
6.1	Tipo de pesquisa	61
6.2	Caracterização do campo de estudo	62
6.3	Amostra	62
6.4	Considerações éticas	64
6.5	Instrumentos e procedimentos	65
6.7	Tratamento dos dados	66
7	RESULTADOS E DISCUSSÕES	67
7.1	Entrevista	67
8	CONCLUSÃO	77
	REFERÊNCIAS	79
	BIBLIOGRAFIA	83
	APÊNDICE A – Entrevista – Professoras e bibliotecárias – UNIFOR - Formiga – 2012	84

1 INTRODUÇÃO

Normalização é a “[...] atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto.” (ABNT, 2011).¹

Trata-se de um mecanismo que assegura a qualidade de produtos e serviços, proporcionando e garantindo que a troca desses produtos e serviços seja eficiente. Existem várias normas e diretrizes elaboradas por organismos responsáveis, objetivando a facilitação dessa troca. Em se tratando de informação, essas normas proporcionam a organização, o acesso, a recuperação e a disseminação da mesma, favorecendo o intercâmbio nacional e internacional dessas informações. (RIBEIRO, 2006, p. 22).²

A normalização bibliográfica é uma atividade reguladora, unificadora de formatos, procedimentos, objetivando e facilitando o registro, a transferência e a recuperação de informações, garantindo ainda uma padronização que facilita o uso e a disseminação de conteúdo dos documentos. (ROTHER, 2011).³

Nesse contexto, pode-se dizer que a universidade, como local gerador de conhecimento e espaço privilegiado de reflexão, deve incentivar a adoção dessas normas nos trabalhos acadêmicos em geral, já que o uso dessas regras garante os padrões formais para a apresentação gráfica dos trabalhos, proporcionando-lhes qualidade. Entretanto, embora as normas sejam requisitos básicos para a formatação dos trabalhos acadêmicos, seu uso tem sido negligenciado pela dificuldade dos universitários em compreender tais regras e aplicá-las satisfatoriamente.

Assim, nasceu a questão: qual a visão dos profissionais da área de Biblioteconomia quanto à importância da normalização bibliográfica e quais as dificuldades de sua aplicação na elaboração de trabalhos acadêmicos?

¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

² RIBEIRO, Célia Maria. **Da produção acadêmica à comunicação científica**: padronização como instrumento de socialização do conhecimento. Campinas: PUC, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=147>. Acesso em: 1 abr. 2012.

³ ROTHER, Edna Terezinha. **O papel da normalização nas publicações científicas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72802007000400001>. Acesso em: 1 abr. 2012.

Os profissionais da área de Biblioteconomia – professores e bibliotecários – são detentores do conhecimento das normas bibliográficas, acompanham o processo de atualização, pois estas representam um instrumento de aplicação contínua em sua prática profissional, seja ministrando a disciplina de Metodologia Científica, seja orientando trabalhos de conclusão de curso em salas de aula ou na biblioteca ou ministrando minicursos para os universitários.

Desse modo, possuem uma vivência profissional que os aproxima das dificuldades apresentadas pelos alunos quando lhes é exigida a produção de um texto científico. Conhecedores, portanto, dos benefícios advindos da normalização bibliográfica, bem como das dificuldades acarretadas por sua aplicação, constituem os sujeitos desta investigação e contribuirão para a compreensão dessa importante questão.

Inicialmente, algumas hipóteses sobre as dificuldades de aplicação da normalização bibliográfica foram levantadas.

Nota-se um descaso imenso no ensino de uma matéria tão séria. Há uma conformação geral do ensino brasileiro diante do desinteresse por parte do alunado. Boa parte desse desinteresse é proporcionado pela dificuldade de compreensão e aplicação das normas bibliográficas, que possui um vocabulário pouco acessível e também pelos excessos de mudanças em pouco tempo de vigência. Raro é passar mais de cinco anos sem alguma mudança na norma, fato esse que dificulta ainda mais a aplicação das regras.

Macedo (1989) constatou, através de pesquisa ao longo de mais de vinte anos de profissão, que tanto professores quanto alunos não foram preparados para pesquisar, por desconhecimento de metodologia do trabalho de pesquisa e de normalização. Foram vítimas de um sistema que não os levou, gradativamente, à aquisição de uma postura científica, nem lhes desenvolveu o espírito investigativo, crítico e criador. Esses alunos nunca foram orientados para aquisição dessa postura.⁴

Macedo (1989, p. 357) assim esclarece sobre as dificuldades observadas em sua pesquisa:

[...] pudemos observar, nos mais diferentes níveis, estudiosos em geral (de aluno, professor e pesquisador) tendo dificuldades no momento de delimitar o assunto de seus trabalhos, ou para levantar a bibliografia básica e

⁴ MACEDO, Neusa Dias. Normalização: uma postura a ser adquirida gradativamente. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 357-373, jul./dez.1989.

preparar as anotações de leitura e respectivas citações de fontes, ou para organizar o aparato bibliográfico do trabalho, estruturar e comunicar o resultado da pesquisa.

Outro fator a se levar em conta é o fato de que os alunos só vão tomar conhecimento dessas normas quando ingressam no ensino universitário. Essa aprendizagem será proporcionada, geralmente, somente no primeiro semestre dos cursos, período no qual os alunos estão em completa euforia diante de tantas novidades que se lhe descortinam no ensino superior e sem maturidade suficiente para compreender a necessidade da aquisição desse novo conhecimento. Portanto, não adianta trabalhar com os alunos apenas no primeiro semestre do curso de graduação, ensinando-os as regras de pesquisa e de organização de trabalhos dentro das normas bibliográficas. Esse ensino deveria acompanhar os alunos desde o ensino fundamental até o último ano do ensino universitário, bem como todos os outros professores, de todas as áreas, exigirem o mesmo compromisso de aplicação de tais normas.

Macedo (1989, p. 369) afirma que:

A normalização não é um fim mas um meio, uma postura de espírito que vai sendo adquirida com o exercício da pesquisa e do trabalho documentado, e isso poderá ser desenvolvido a partir de 6as. séries quando se pretende desenvolver a criatividade através de trabalhos escritos, orais e muita leitura. Se os professores de 1º grau e até de pré-escola estiverem alertados para as questões de pesquisa e normalização, metodologia da pesquisa bibliográfica e uso da biblioteca, muita coisa já poderá ser dirigida para a aquisição de uma pré-postura científica do seu alunado, evitando a defasagem dos alunos quando entram na universidade.

Esta pesquisa justifica-se pela oportunidade de adentrar um campo pouco discutido na literatura, que é a normalização bibliográfica, mas de total relevância na produção do conhecimento científico. Sabe-se que todo trabalho desenvolvido no âmbito acadêmico requer padronização; padronização essa que só se toma conhecimento no ingresso ao mundo universitário.

E embora as normas sejam requisitos básicos para a formatação dos trabalhos, são negligenciadas pela dificuldade em sua compreensão em nelas localizar as informações de que se necessita.

Portanto, trata-se de um tema que, apesar da importância, ainda se encontra sem a merecida atenção, por isso tem-se a pretensão de contribuir para com aqueles que apresentam dificuldades em compreender a necessidade da normalização, juntamente a seus benefícios.

O tema foi escolhido exatamente pela dificuldade apresentada pela pesquisadora, no decorrer do curso universitário, em elaborar os trabalhos

acadêmicos de acordo com a padronização exigida, bem como pelos caminhos tortuosos que se teve de enfrentar para aquisição do conhecimento específico quanto às normas exigíveis na elaboração de trabalhos científicos normalizados.

O objetivo geral a ser atingido por essa pesquisa é descrever a importância da normalização bibliográfica no feitiço de trabalhos acadêmicos, tendo como objetivos específicos:

- a) relatar responsabilidades da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como Fórum Nacional de Normalização;
- b) apresentar as etapas de elaboração das normas bibliográficas e seu processo de atualização;
- c) explicar sobre a produção do conhecimento científico;
- d) identificar as funções da universidade;
- e) identificar os tipos de trabalhos acadêmicos;
- f) relatar as experiências de bibliotecários e professores na convivência com universitários, expondo suas dificuldades na elaboração de trabalhos acadêmicos.

O trabalho é composto pelo capítulo Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, no qual explica-se tanto sobre a fundação, sua função, seus objetivos, quanto o processo de elaboração de uma nova norma. O capítulo seguinte discorre sobre a normalização e sua importância para a sociedade em geral, enfatizando a normalização bibliográfica juntamente às normas essenciais à divulgação e disseminação do conhecimento. O próximo capítulo apresenta um rápido histórico do desenvolvimento das ciências para enfatizar a importância da produção do conhecimento científico para a ampliação e divulgação do novo conhecimento oriundo de um conhecimento já descoberto e sistematizado. O capítulo trabalhos acadêmicos apresenta os vários tipos de trabalhos científicos, bem como aqueles que são mais requeridos no meio universitário, apresentados por diversos autores. O capítulo final apresenta a análise sobre qual a importância da normalização para a elaboração de trabalhos acadêmicos de acordo com o ponto de vista de bibliotecárias e professoras orientadoras de trabalhos de conclusão de curso. A conclusão apresenta reflexões sobre a temática investigada e recomenda novos estudos para aprofundamento das questões ora analisadas.

Com esse trabalho, tem-se a expectativa de despertar o interesse de outros pesquisadores para assunto de tal importância, levando-os a ampliar o

conhecimento em área tão restrita e relegada, mas de elevado grau de importância:
a normalização bibliográfica.

2 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT)

A ABNT é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que foi fundada em 28 de setembro de 1940, e considerada de utilidade pública pela Lei 4.150, de 21 de novembro de 1962. No ano de 1992, foi reconhecida pelo Governo Federal como único Fórum Nacional de Normalização, através da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), de 24 de agosto de 1992, tendo como função representar o Brasil perante os organismos internacionais de normalização. (ABNT, 2012).

A ABNT é membro fundador da *Internacional Organization for Standardization* (ISO), que é a entidade responsável pelas normas no âmbito internacional, da Comissão Panamericana de Normas Técnicas (COPANT), que é a entidade responsável pela normalização regional, e da Associação Mercosul de Normalização (AMN). No Brasil, a ABNT é a representante oficial das entidades internacionais ISO e da *Internacional Electrotechnical Commission* (IEC); e representante das entidades de normalização regional COPANT e a AMN. (ABNT, 2012).

A estrutura da ABNT é composta por: Conselho Diretor e Diretoria; Secretaria Executiva e Delegacias; Comitês Brasileiros (CB) e Comissões de Estudo (CE). As delegacias da ABNT estão distribuídas por sete regiões brasileiras e três estados, contando com dez delegados e nove subdelegados. As Comissões de Estudos (CE) são subordinadas aos Comitês Brasileiros (CB), sendo, porém, tecnicamente autônomos e responsáveis pelos trabalhos que efetuam. (DORIA, 1976).⁵

⁵ DORIA, Irene de Menezes. A atuação da Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 101-105, jan./jun. 1976.

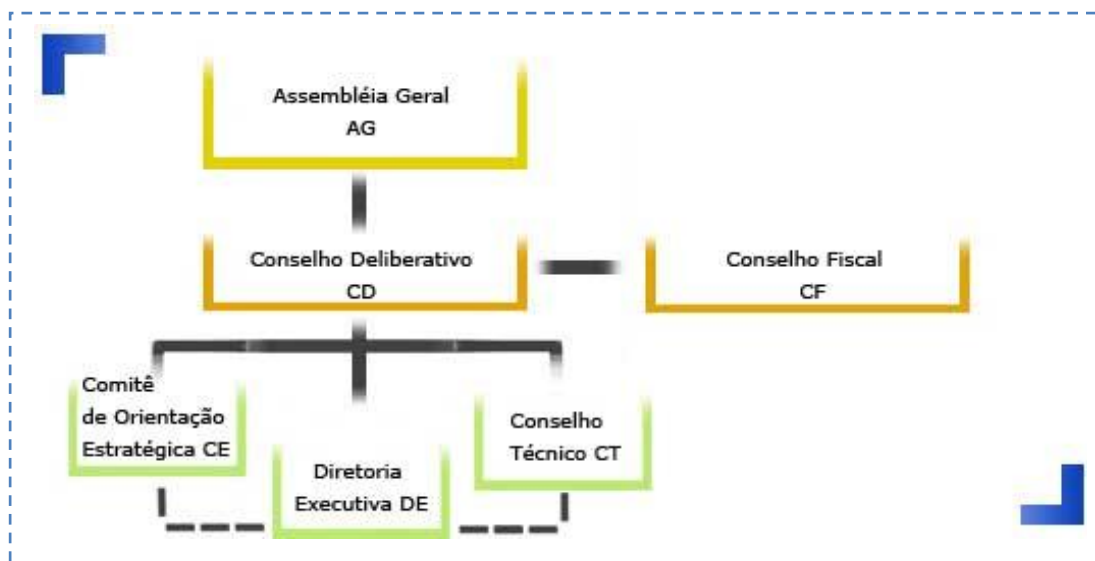


FIGURA 1 - Estrutura da ABNT

Fonte: Disponível em: <http://www.abnt.org.br/m3.asp?cod_pagina=1031>

Cassano (2003 *apud* LORDÉLO, p. 33) cita como objetivos da ABNT:

- conscientizar a população de que a norma é um instrumento de qualidade de vida, segurança e progresso de uma nação;
- criar normas para o bem da sociedade; e
- trabalhar com o consenso durante o processo de elaboração dos requisitos para que nenhum fornecedor ou consumidor se sinta prejudicado.
- Enfim, trazer à comunidade nacional os benefícios da normalização, tornando o Brasil um país mais responsável quanto à preservação da vida e segurança das pessoas.⁶

Em entrevista concedida ao jornalista Wagner Sturion, da revista Banas Qualidade, Valter Pieracciani, então diretor geral da entidade em 2002, informou que a ABNT oferece quatro tipos de serviços ao público.⁷

O primeiro serviço é a venda de normas; o segundo serviço são os treinamentos através de cursos credenciados pela ISO; o terceiro serviço são as relações internacionais, que cuida da relação do Brasil com o mundo, por meio de trocas de normas, equacionamento de diferenças e a representação do país nas entidades internacionais; o quarto serviço é a certificação, que é uma decorrência natural da norma, onde são feitas certificações de produtos, de sistemas e de pessoas. De acordo com a ABNT, a certificação garante “[...] credibilidade, ética e reconhecimento dos serviços prestados.”

⁶ LORDÉLO, Patrícia Miranda. A normalização, a certificação e os sistemas de gestão da Qualidade. **Sistemas ISO 9001:2000** – Estudos de Casos em Empresas Construtoras de Edifícios. Disponível em: <http://pcc2530.pcc.usp.br/Textos%20para%20leitura/Patricia%20Lordelo_Capitulo_02_1.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2012.

⁷ PIERACCIANI, Valter. Uma nova ABNT. **Banas qualidade**, jun. 2002.

Pieracciani (2002) disse ainda que esses são os serviços de maior visibilidade, entretanto, o serviço que não possui visibilidade e é o mais importante é que “[...] quando alguém se associa à ABNT, passa a integrar uma grande rede de conhecimentos tecnológicos, uma grande rede de gestão do conhecimento.”

Outro serviço prestado é a publicação anual do Plano Nacional de Normalização, contendo todos os títulos que se planeja desenvolver ao longo do ano. Esse plano é acessível mediante contato com os respectivos ABNT/CB ou Organismos de Normalização Setoriais (ONS), ou para associados na página da ABNT.

Há ainda a disponibilização gratuita, da maior e mais completa biblioteca de normas nacionais e internacionais do Brasil à disposição de todos, sócios ou não. E por fim, desenvolvem uma espécie de consultoria, disponibilizando informação tecnológica por telefone, através da central de atendimento a qualquer pessoa que se interesse por questões de normalização. (PIERACCIANI, 2002).

A ABNT é o órgão responsável pela normalização técnica do país, o qual fornece a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. Assim sendo, atua no sentido de preparar e atualizar normas nas áreas de ciências, tecnologia, indústria, comércio, agricultura e documentação. E de acordo com Pedro Buzatto Costa, atual Presidente do Conselho Deliberativo da ABNT, a importância da instituição de normas reside no fato de que “[...] elaborar uma norma técnica é compartilhar conhecimento, promover a competitividade, projetar a excelência e suas melhores consequências nos planos econômico, social e ambiental.”⁸

Para o desenvolvimento e instituição dessas normas, atualmente a ABNT conta com 57 Comitês Brasileiros (ABNT/CB), 04 Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e 88 Comissões Especiais de Estudo (ABNT/CEE), distribuídos por todas as áreas, atuando cada um em um ramo específico do conhecimento, visando estabelecer normas a serem seguidas em sua área de atuação. Os ABNT/CB e ABNT/ONS mantêm Comissões de Estudo em atividade nas mais diversas áreas. Estas Comissões de Estudo são integradas voluntariamente por produtores, consumidores e neutros - universidades,

⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **História da normalização brasileira**. – Rio de Janeiro/ 2011. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/imprensa/livro_abnt/70anos_ABNT.pdf>. Acesso em: 21 mar 2012.

laboratórios, centros de pesquisas e Governo - que, através de consenso, analisam e debatem propostas de Projetos de Norma. (ABNT, 2012).

De acordo com o presidente do Conselho Deliberativo da ABNT em exercício no ano de 2001, Francisco F. Sanz Esteban, em uma entrevista dada à revista Banas Qualidade, Comitês Brasileiros (ABNT/CB) são “[...] órgãos da estrutura da ABNT, com superintendentes eleitos pelos sócios da ABNT”, e Comissões de Estudo Especial (ABNT/CEE) é “[...] comissão de estudo vinculada à gerência do processo de normalização da ABNT, para tratar do assunto não coberto pelo âmbito de atuação dos Comitês Técnicos” e que Organismos de Normalização Setorial ABNT/ONS são:

organismos públicos, privados ou mistos, sem fins lucrativos que, entre outras, têm atividades reconhecidas no campo da normalização num dado domínio setorial, credenciado pela ABNT segundo critérios aprovados pelo Conmetro. (ESTEBAN, 2001, p. 13).⁹

O Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO) é um colegiado interministerial que exerce a função de órgão normativo do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e que tem o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como sua secretaria executiva.¹⁰

Compete ao Conmetro:

- Formular, coordenar e supervisionar a política nacional de metrologia, normalização industrial e certificação da qualidade de produtos, serviços e pessoal, prevendo mecanismos de consulta que harmonizem os interesses públicos, das empresas industriais e dos consumidores;
- Assegurar a uniformidade e a racionalização das unidades de medida utilizadas em todo o território nacional;
- Estimular as atividades de normalização voluntária no país;
- Estabelecer regulamentos técnicos referentes a materiais e produtos industriais;
- Fixar critérios e procedimentos para certificação da qualidade de materiais e produtos industriais;
- Fixar critérios e procedimentos para aplicação das penalidades nos casos de infração a dispositivo da legislação referente à metrologia, à normalização industrial, à certificação da qualidade de produtos industriais e aos atos normativos dela decorrentes;
- Coordenar a participação nacional nas atividades internacionais de metrologia, normalização e certificação da qualidade. (CONMETRO, 2012).

⁹ ESTEBAN, Francisco F. Sanz. O desafio de reerguer a ABNT. **Banas qualidade**, dez. 2001.

¹⁰ CONMETRO - Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Disponível em: < <http://www.inmetro.gov.br/inmetro/conmetro.asp>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

Esteban informa ainda que “[...] todo o trabalho dos CBs e ONS é orientado para atender ao desenvolvimento da tecnologia e participação efetiva na normalização internacional e regional.” (ESTEBAN, 2001, p. 13).

Todas as Normas Brasileiras são desenvolvidas nesses Comitês Brasileiros e nos Organismos de Normalização Setorial, que são os órgãos técnicos formados por Comissões de Estudos. As Comissões Técnicas estudam e elaboram todas as normas necessárias. (DORIA, 1976).

De acordo com Medeiros (2008), as normas da ABNT ainda não são protegidas pela legislação de direitos autorais, mas já tramitam no Senado Federal o Projeto de Lei nº 1.984/2003, do deputado Ricardo Barros e o Projeto de Lei Complementar nº 2/2007 de 24/01/2006, que incluem as regras elaboradas pela ABNT no elenco das obras intelectuais protegidas pela Lei de Direitos Autorais. As normas técnicas da ABNT são facultativas e sem caráter vinculante, além de serem expedidas por uma associação privada, desvinculada da administração pública, atributos esses que conferem às normas, por sua seleção, organização ou disposição de conteúdo, as condições necessárias ao seu reconhecimento como uma criação intelectual passível de proteção para fins de direitos autorais. (MEDEIROS, 2008).¹¹

Entretanto, a marca ABNT é registrada há mais de vinte (20) anos, e figura em todas as Normas Brasileiras, sejam elas impressas ou digitais, não podendo, pois, ser reproduzida sem autorização expressa da ABNT, conforme dispõe o artigo 189 da Lei 9.279/96.¹² Tem uma das suas principais fontes de receitas os recursos advindos da disponibilização de normas, os quais são utilizados no pagamento de despesas, entre as quais com pessoal. Portanto, as Normas Brasileiras (NBRs) são protegidas, não se podendo admitir que qualquer outra empresa venha a comercializar ou fornecer acesso, pesquisa, visualização e

¹¹ MEDEIROS, Nilcéia Lage de. **Fórum de normalização, padronização, e revisão do texto científico**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

¹² BRASIL. Lei de direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Lei nº 9.279/96 de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos a propriedade industrial. Brasília, DF, 8 dez. 1999. Brasília, DF, 15 mai. De 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm>. Acesso em: 22 de nov. 2012.

impressão de Normas Técnicas Brasileiras e Internacionais, sem autorização expressa da ABNT.¹³

O processo de elaboração de uma Norma Brasileira se inicia com uma demanda na sociedade, pelo setor envolvido ou organismos regulamentadores. A ABNT analisa a pertinência do pedido, caso tenha mérito será levada ao Comitê Técnico do setor responsável para inserção no Plano de Normalização Setorial (PNS), da Comissão de Estudo pertinente. Caso ainda não exista uma Comissão de Estudo relacionada ao assunto, será criada uma Comissão de Estudo Especial (ABNT/CEE) para estudar a questão. As CEs discutem para chegar a um consenso para a elaboração da Norma. Após o consenso e de posse do Projeto de Norma, a ABNT se encarrega de disseminar a informação a todos os envolvidos para que haja uma participação efetiva na Consulta Nacional.

Consulta Nacional trata-se da divulgação pública do Projeto de Norma, através do *site* da ABNT, para apreciação das partes interessadas que têm a oportunidade de examinar e emitir suas considerações. Durante a Consulta Nacional, todos os interessados podem se manifestar sobre o Projeto de Norma, sem ônus, recomendando sua aprovação sem restrições ou com observações ou a reprovação por objeções técnicas fundamentadas. Após essas manifestações, há uma análise do resultado, na qual a CE autora do Projeto de Norma se reúne com aqueles que se manifestaram na Consulta Nacional. Caso o Projeto de Norma seja alterado tecnicamente, como resultado das sugestões ou objeções técnicas oriundas da Consulta Nacional, a CE responsável deve submetê-lo à nova Consulta Nacional, como 2º Projeto de Norma. Porém, se as objeções recebidas forem de tal ordem que não seja possível obter o consenso necessário para a sua aprovação, a CE poderá solicitar o seu cancelamento à ABNT ou continuar a sua discussão. Após aprovação obtida no processo descrito, por consenso, para que o Projeto de Norma possa atingir a condição de Norma Brasileira, o Projeto de Norma aprovado é encaminhado à ABNT que, na qualidade de Foro Nacional de Normalização, faz a sua homologação, onde recebe a sigla ABNT NBR e seu número após o que passa a ser denominado de Norma Brasileira (ABNT NBR). A ABNT deve sempre tornar pública uma ABNT NBR. (ABNT, 2012).

¹³ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Da proteção da marca e das normas da ABNT.** Disponível em: <http://www.abnt.org.br/IMAGENS/protecao_marca_das_normas_abnt.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.



FIGURA 2 – Processo de elaboração de uma norma

Fonte: Disponível em: <http://www.abnt.org.br/m3.asp?cod_pagina=960>

As normas técnicas são aplicáveis nos mais diversos campos, tais como produtos, serviços, processos, sistemas de gestão, pessoal. Elas podem estabelecer requisitos de qualidade, de desempenho, de segurança, mas também podem estabelecer procedimentos, padronizar formas, dimensões, tipos, usos, fixar classificações ou terminologias e glossários, definir a maneira de medir ou determinar as características, como os métodos de ensaio.

Doria (1976) informa que uma norma, mesmo votada, pode ser revisada a qualquer momento. Pode também ser cancelada, devido à sua substituição por outras normas novas, obsolescência tecnológica ou outras razões que justifiquem o cancelamento. Esse cancelamento também é submetido à consulta pública, cujo anúncio também é efetuado na página da ABNT.

Medeiros (2008) diz que não existe periodicidade determinada para atualização das normas da ABNT, o que pode ocorrer quando necessário. Assim, faz-se necessário pesquisar no *site* da ABNT a versão vigente de cada uma das normas antes de proceder à normalização.

É importante diferenciar ABNT NBR de NR. ABNT NBR é a sigla de Norma Brasileira aprovada pela ABNT, de caráter voluntário, e fundamentada no consenso da sociedade. Torna-se obrigatória quando essa condição é estabelecida pelo poder público. NR é a sigla de Norma Regulamentadora estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com caráter obrigatório. (ABNT, 2012).

3 NORMALIZAÇÃO

Atualmente, é indispensável o estabelecimento de normas para que se garanta o padrão de qualidade aos diversos produtos e processos, por isso a normalização está presente em diversas áreas do conhecimento, na indústria, no comércio, nos serviços, e nas produções técnico-científicas como instrumento para maior credibilidade, por meio da qualidade gerada pelas normas técnicas, produzidas pela ABNT.

Além da qualidade, da segurança e da economia, a normalização promove a intercambialidade de informações. Não se pode negar que a vida é pautada por normas, já que a grande maioria das atividades e dos produtos utilizados pelos indivíduos está normalizada. (VARGAS, 2006).¹⁴

Normalização pode ser assim definida:

Processo de estabelecer e aplicar regras a fim de abordar ordenadamente uma atividade específica, para o benefício e com a participação de todos os interessados e, em particular, de promover a otimização da economia, levando em consideração as condições funcionais e as exigências de segurança. (ABNT, 2012).

Normalizar é o mesmo que padronizar. A normalização é reconhecida como fator de eficiência na transferência da informação, sendo uma atividade reguladora e unificadora de formatos e procedimentos, portanto, essencial para manter a qualidade dos produtos e serviços, assegurando assim as trocas entre países e regiões de forma satisfatória. A normalização vem sendo utilizada como meio para se alcançar redução de custos e para manter ou melhorar a qualidade, já que proporciona a uniformização de produtos e serviços.

Cabe ressaltar a importância em se saber diferenciar normalização de normatização. Normalizar é submeter algo a normas, padronizar, enquanto normatizar é estabelecer normas para alguma coisa, ação ou processo. (AROUCK, 1995 *apud* VARGAS, 2006, p.1).¹⁵

Os dois verbos acima, por vezes, são usados um pelo outro, indiferentemente, como sinônimos. No entanto, deve-se empregar o verbo normalizar na acepção de tornar normal, de voltar à normalidade, de uniformizar a apresentação gráfica de textos científicos, e normatizar para expressar a ação de

¹⁴ VARGAS, Graziela Mônaco. **Estudos básicos sobre normalização**: origem, conceitos e organismos reguladores. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em : <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Trabalho_FINAL_Normalizacao.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

¹⁵ AROUCK, Osmar. **Normas brasileiras de documentação**: uma introdução. Belém: Ed. da UFPA, 1995. 65 p.

estabelecer normas, regras, regulamentos, diretrizes para atividades ou organizações.

Já Medeiros (2008, p. 23, grifo da autora) afirma que:

Embora o sistema linguístico da língua portuguesa permita o registro das duas palavras, “normalização” e “normatização”, essa última não consta sequer no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras. (www.academia.org.br).

Ainda de acordo com Medeiros (2008, p. 23, grifo da autora), “[...] a palavra ‘normalização’ é também adotada pelos organismos de normalização do mundo todo e tem seu uso consagrado no Brasil há mais de 60 anos” e que “[...] a ABNT adota a palavra ‘normalização’ por considerá-la a que melhor se enquadra na tarefa exercida.”

Souza (2001, p. 74) afirma que:

O objetivo que se busca alcançar com a normalização é, em geral, aumentar a certeza que decorre da repetição de aplicação, para situações similares, de procedimentos operacionais para orientar a elaboração de produtos, realização de atividades ou execução de exercícios, minimizando o mais possível a presença de erros durante o processo.¹⁶

Portanto, normalização é a atividade que estabelece meios eficientes na troca de informação, facilitando o intercâmbio comercial e munindo a sociedade de instrumentos eficazes para aferir a qualidade dos produtos. Atualmente, a normalização está presente na fabricação dos produtos, na transferência de tecnologia e na melhoria da qualidade de vida por meio de normas relativas à saúde, à segurança e à preservação do meio ambiente.¹⁷

Pieracciani (2002, p. 16) afirma que o futuro da qualidade vai ser intimamente ligado à normalização e diz ainda que “[...] os grandes instrumentos alavancadores da qualidade serão as normas e a conformidade (certificação).”

Em uma economia onde a competitividade é acirrada e onde as exigências são cada vez mais crescentes, a normalização é “[...] utilizada cada vez mais como um meio para se alcançar a redução de custo da produção e do produto final, mantendo ou melhorando sua qualidade.” (ABNT, 2012).

Portanto, a normalização possui inúmeros benefícios e, dentre eles, pode-se citar que:

A normalização é tecnologia consolidada, que nos permite confiar e reproduzir infinitas vezes determinado procedimento, seja na área industrial,

¹⁶ SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos**: um guia metodológico. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

¹⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS. Disponível em: <<http://www.ibp.org.br/main.asp?Team={48E030FD-95E4-4A99-9E8A-0085722A1768}>>. Acesso em 23 jun. 2012.

seja no campo de serviços, ou em programas de gestão, com mínimas possibilidades de errar, entre outros aspectos altamente positivos. (ABNT, 2011, p. 3).

A normalização ainda ajuda a organização do mercado, a constituição de uma linguagem única entre produtor e consumidor, a aumentar a qualidade de produtos e serviços e aumentar a produtividade.

De acordo com a ABNT, os objetivos da normalização são:

- a) economia, já que proporciona redução de custos através de sistematização, racionalização e ordenação dos processos e atividades produtivas;
- b) simplificação, pois reduz as variedades de produtos e procedimentos;
- c) comunicação, pois proporciona troca de informação entre fabricante e cliente;
- d) segurança, pois estabelece requisitos técnicos destinados a proteger a vida humana e a saúde;
- e) proteção do consumidor, já que provê meios eficazes para aferir a qualidade dos produtos;
- f) eliminação de barreiras técnicas e comerciais, pois padroniza regulamentos sobre produtos e serviços em diferentes países, facilitando o intercâmbio comercial.

Ribeiro (2006, p. 22) afirma que “[...] a normalização é um mecanismo essencial para manter a qualidade dos produtos e serviços, de modo a assegurar que as trocas entre países e regiões sejam benéficas para os que estão nelas envolvidos.” A mesma autora ainda diz que “[...] existem vários níveis de normalização e várias Normas e Diretrizes elaboradas por organismos representativos das nações, que facilitam o diálogo e o comércio internacional.”

A normalização é garantida pela aplicação de normas e uma norma pode ser definida como:

[...] documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece, para uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para atividades ou seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação. (ABNT, 2012).

As normas são documentos de caráter voluntário e com conteúdo técnico obtido por consenso. No Brasil, são elaboradas e aprovadas pelo Fórum Brasileiro de Normalização: a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) define normas como:

Um documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido que fornece, para uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para atividades ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto. Esta é a definição internacional de norma. (CNI, 2012).¹⁸

As normas podem ser elaboradas em quatro níveis:

- a) nível nacional: são as normas técnicas estabelecidas por um organismo nacional de normalização para aplicação num dado país, destinadas ao uso nacional, elaboradas por consenso entre os interessados em uma organização nacional reconhecida como autoridade no respectivo país. No caso do Brasil é a ABNT;
- b) nível regional: são as normas técnicas estabelecidas por um organismo regional de normalização para aplicação num conjunto de países de um mesmo continente. No Brasil, os organismos regionais são a AMN (Mercosul) e a COPANT (Continente americano), representados pela ABNT;
- c) nível internacional: são normas técnicas estabelecidas por um organismo internacional de normalização para aplicação em âmbito mundial, resultantes da ativa participação das nações com interesses comuns. No Brasil, a ABNT representa os organismos internacionais ISO, atendendo a maioria dos setores e IEC, na área de elétrica e eletrônica;
- d) nível empresarial: são as normas técnicas estabelecidas internamente pelas empresas para determinar os requisitos das suas aquisições entre os seus fornecedores. (CNI, 2012).

¹⁸ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Normalização**. Disponível em: http://www.normalizacao.cni.org.br/normas_tecnicas.htm. Acesso em: 25 jun. 2012.



FIGURA 3 – Níveis da normalização

Fonte: http://www.normalizacao.cni.org.br/normas_tecnicas.htm

O processo de elaboração de normas técnicas se baseia em princípios fundamentais para que os objetivos da normalização sejam atendidos, seja eficazmente aplicada e reconhecida. São eles:

- a) voluntariedade: a participação no processo de normalização é voluntária, ou seja, os interessados devem ter vontade de participar, além de que o uso da norma não é obrigatório;
- b) representatividade: é necessária a participação de especialistas de todos os setores de forma a apresentarem suas opiniões;
- c) paridade: é preciso que as classes representadas estejam equilibradas de forma a evitar a imposição de uma sobre a outra, assegurando o equilíbrio das diferentes opiniões;
- d) atualização: o processo de normalização deve acompanhar a evolução tecnológica para que atenda a demanda;
- e) transparência: as informações sobre o controle, atividades e decisões sobre o processo de desenvolvimento das normas devem ser disponibilizadas a qualquer tempo;
- f) simplificação: o processo deve ter regras e procedimentos simples e acessíveis;
- g) consenso: é necessário que haja consenso entre os participantes da elaboração das normas para que atenda aos reais interesses e às necessidades da coletividade. (ABNT, 2012).

Sendo a ABNT uma entidade à qual compete coordenar, orientar e supervisionar o processo de elaboração de Normas Brasileiras e elaborar e editar essas normas, ela vem realizando esforços para viabilizar a melhoria da qualidade em vários campos. Sabendo-se que a normalização está presente em todos os procedimentos e há normas para todos os setores da sociedade, pode-se afirmar que a normalização aplica-se também ao campo da documentação.

Nesse campo, tem sido meta da ABNT a melhoria da qualidade formal das publicações e a sua padronização, objetivando com a normalização facilitar a comunicação, a circulação e o intercâmbio de ideias. A normalização surge como possibilidade metodológica de uniformizar a expressão escrita, já que “[...] tem como uma de suas características a capacidade de contribuir para harmonizar as peculiaridades em cada área e em cada veículo de comunicação.” (RODRIGUES; LIMA; GARCIA, 1998, p.153).¹⁹

Rother (2011) afirma que:

A normalização bibliográfica, como atividade reguladora, única formatos, procedimentos, favorece e facilita o registro, a transferência das informações para os meios impressos e/ou eletrônicos e permite a recuperação mais efetiva de documentos em sistemas de informação, além de garantir uma padronização que facilita o uso e a disseminação de seu conteúdo.

E Ribeiro (2006, p. 22) diz que a normalização bibliográfica dos documentos “[...] favorece o acesso, a recuperação e a disseminação da informação armazenada em forma impressa, eletrônica ou em qualquer outro meio.”

Portanto, pode-se concluir que a normalização bibliográfica visa disciplinar a produção científica existente, para ser facilmente processada e identificada, tornando sua recuperação mais rápida e exata, ampliando a divulgação da informação e que o uso das normas bibliográficas da ABNT garante a qualidade do documento, tornando o trabalho formalmente melhor apresentado. (SOUZA, 2001).

Souza (2001, p. 74) afirma ainda que a utilização da normalização no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos “[...] além de tornar o trabalho formalmente melhor apresentado, contribui para que a construção externa do mesmo seja mais previsível.”

¹⁹ RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Márcia H.T. de Figueiredo; GARCIA, Márcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 147-156, jul./dez. 1998.

Essa normalização dará credibilidade e qualificação ao documento, levando a todos a falar uma mesma linguagem em prol da garantia da qualidade dos produtos e serviços prestados. É útil também para harmonizar as peculiaridades de cada área do conhecimento, servindo como suporte para a uniformização dos meios de expressão e comunicação do campo científico, além de contribuir para efetivação da preservação dos documentos.

O Comitê Técnico responsável pela Documentação é o 14º, criado em 1955 e denominado ABNT/CB-14 – Informação e Documentação, que tem como âmbito de atuação a normalização no campo da informação e documentação, compreendendo as práticas relativas a bibliotecas, centro de documentação e informação, serviços de indexação, resumos, arquivos, ciência da informação e publicação. (ABNT, 2012).

Atualmente, o CB/14 tem editadas 27 normas, sendo que 24 estão em vigor e 3 estão em consulta nacional para cancelamento, conforme discriminação no quadro a seguir:

Quadro 1 - Normas de Informação e Documentação da ABNT

Código	Título	Publicação	Situação atual
NBR ISSO 2108	Informação e documentação - Número Padrão Internacional de Livro (ISBN)	Agosto/2006 Válida a partir de 22/09/2006	Vigente
NBR 5892	Norma para datar	Agosto/1989	Vigente
NBR 6021	Informação e documentação – Publicação periódica científica impressa – Apresentação	Maio /2003 Válida a partir de 30/06/2003	Vigente
NBR 6022	Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação	Maio /2003 Válida a partir de 30/06/2003	Vigente
NBR 6023	Informação e documentação – Referências – Elaboração	Agosto/2002 Válida a partir de 29/09/2002	Vigente
NBR 6024	Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação	Fevereiro/2012 Válida a partir de 01/03/2012	Vigente
NBR 6025	Informação e documentação – Revisão de originais e provas	Setembro/2002 Válida a partir de 30/10/2002	Vigente
NBR 6027	Informação e documentação – Sumário – Apresentação	Maio /2003 Válida a partir de 30/06/2003	Vigente
NBR 6028	Informação e Documentação – Resumo – Apresentação	Novembro/2003 Válida a partir de 29/12/2003	Vigente

Quadro 1 - Normas de Informação e Documentação da ABNT- Continuação

NBR 6029	Informação e Documentação – Livros e folhetos – Apresentação	Março/2006 Válida a partir de 30/04/2006	Vigente
NBR 6032	Abreviação de Títulos de Periódicos e Publicações Seriadadas	Agosto/1989	Vigente
NBR 6033	Ordem Alfabética	Agosto/1989	Vigente
NBR 6034	Informação e documentação – Índice – Apresentação	Dezembro/2004 Válida a partir de 31/01/2005	Vigente
NBR 9578	Arquivos – Terminologia	Setembro/1986	Vigente
NBR 10518	Informação e documentação - Guias de unidades informacionais - Elaboração	Dezembro/2005 Válida a partir de 30/01/2006	Vigente
NBR 10519	Critérios de avaliação de documentos de arquivos – Procedimentos	Outubro/1988	Vigente
NBR 10520	Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação	Agosto/2002 Válida a partir de 20/09/2002	Vigente
NBR 10525	Informação e documentação - Número padrão internacional para publicação seriada – ISSN	Março/2005 Válida a partir de 29/04/2005	Vigente
NBR 10527	Teclado para digitação de senha utilizado em automação bancária e comercial - Correspondência entre os caracteres numéricos e alfabéticos – Padronização	Dezembro/1987	Norma em cancelamento
NBR 10528	Cartão plástico de débito, crédito e serviços - Características físicas e lógicas – Padronização	Janeiro/1988	Norma em cancelamento
NBR 10719	Informação e documentação - Relatório técnico e/ou científico – Apresentação	Junho/2011 Válida a partir de 30/07/2011	Vigente
NBR 12225	Informação e documentação – Lombada – Apresentação	Junho/2004 Válida a partir de 30/07/2004	Vigente
NBR 12676	Métodos para análise de documentos - Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação – Procedimento	Agosto/1992 Válida a partir de 29/10/1992	Vigente
NBR 13173	Teclado de membrana – Especificação	Junho/1994 Válida a partir de 01/08/1994	Norma em cancelamento
NBR 14724	Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação	Março/2011 Válida a partir de 17/04/2011	Vigente
NBR 15287	Informação e documentação – Projeto de Pesquisa – Apresentação	Março/2011 Válida a partir de 17/04/2011	Vigente
NBR15437	Informação e documentação – Pôsteres técnicos e científicos – Apresentação	Novembro/2006 Válida a partir de 06/12/2006	Vigente

Fonte: ABNT, 2012.

Como se pode observar, há uma norma particular para cada aspecto formal do trabalho escrito, o que oferece condições de realizar trabalhos escritos totalmente normalizados. Dentre as Normas Brasileiras de Documentação elaboradas pela ABNT apresentadas, a 6023, 6024, 6027, 6028, 6029, 6034, 10520, 10524 são as que mais se aplicam durante a redação e apresentação de trabalhos acadêmicos. (SOUZA, 2001, p.75-76).

A utilização das normas da ABNT não é obrigatória, já que pela Constituição Federal ninguém está obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Portanto, autores de trabalhos acadêmicos não estão obrigados a seguir tais normas, porém correrão o risco de não terem seus trabalhos aceitos pela comunidade científica. (MEDEIROS, 2008).

4 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Ciência é o resultado de descobertas ocasionais e de pesquisas metódicas, sendo uma das poucas realidades que podem ser legadas às gerações seguintes, que desenvolvem e ampliam aspectos novos aos resultados científicos das gerações anteriores. “Cada época elabora suas teorias segundo o nível de evolução em que se encontra, substituindo as antigas que passam a ser consideradas como superadas e anacrônicas.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 3).²⁰

Somente na Idade Moderna que a ciência adquiriu caráter científico tal qual hoje se conhece, graças “[...] às técnicas de ordem prática, seus fatos empíricos e suas leis, que formam o elemento de continuidade [...]” o qual foi aperfeiçoado e ampliado com o passar do tempo. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 3-4).

No século XVI e XVII ocorreu a revolução científica e

toda descoberta ocasional e empírica de técnicas e de conhecimentos referentes ao universo, à natureza e ao homem [...] serviu para preparar o surgimento do método científico e o caráter de objetividade que caracterizaria a ciência a partir do século XVI (ainda de forma vacilante) e agora (já de forma rigorosa). (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 4).

O método experimental foi aperfeiçoado e passou a ser aplicado em vários setores, o estudo da química e da biologia desenvolveu-se, houve uma modificação geral nas atividades intelectuais e industriais, surgiram novos dados relativos a vários setores do conhecimento. No século XX, a ciência desenvolveu pesquisas em todas as áreas do conhecimento, atingindo um grau de precisão nos variados setores da realidade graças a seus métodos objetivos e exatos. O século XXI tanto aponta para a superação de paradigmas já estabelecidos, bem como indica a constituição de outros. “Essa evolução das ciências tem como mola propulsora os métodos e os instrumentos de investigação aliados à postura científica, perspicaz, rigorosa e objetiva.” E todos que pretendem conservar o “[...] legado científico do passado [...]” ou se propõem a ampliá-lo necessita adquirir essa postura, pois “[...] para fazer ciência, é preciso imbuir-se de espírito científico.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 4-5).

Cabe, portanto, aos pesquisadores adquirirem essa postura científica e imbuir-se desse espírito no feitiço de suas pesquisas, aperfeiçoando-se nos métodos

²⁰ CERVO; Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

de investigação e aprimorando suas técnicas de trabalho a fim de promover a construção do conhecimento e posterior divulgação do mesmo.

Teixeira (2007, p. 14) afirma que a construção do conhecimento deve ser o eixo de todas as experiências na universidade, experiências essas que devem ser fundamentadas pela teoria e relacionadas com a prática “[...] em busca de uma visão crítico-reflexiva tanto do saber como do fazer.” Atualmente, exigem-se indivíduos que “[...] pensem globalmente e atuem localmente [...]”, portanto a universidade que não se mantiver conectada com o “dinamismo da ciência” e com a “velocidade das informações” correrá o risco de sucumbir.²¹

A mesma autora fala ainda sobre a importância em se conectar universidade e conhecimento, “[...] onde a primeira deve ter o papel de produção do saber contextualizado e social [...]”, fazendo com que a produção do conhecimento seja finalidade da universidade, articulando ensino-pesquisa-extensão. O objetivo é “[...] estimular, desenvolver e viabilizar o aprender a aprender e o aprender a pensar, que se constituirão como mediações do processo de construção do conhecimento.”

A construção do conhecimento relaciona-se a diversos aspectos que são hoje aqueles que assumem pauta dos debates nacionais e internacionais, tais como:

- a) educação de qualidade, já que “[...] possibilita e viabiliza a construção do conhecimento e uma educação com um compromisso construtivo”;
- b) cidadania, pois “[...] conhecimento é considerado um instrumento primordial para o alcance de uma cidadania emancipatória, tão necessária para o pleno desenvolvimento humano e social”;
- e
- c) inovação, já que “[...] sem questionamento sistemático crítico e criativo não há inovação.”

Assim, “[...] conhecimento e sua construção merecem consideração e tratamento especial no âmbito acadêmico/universitário.” (TEIXEIRA, 2007, p. 18-20).

Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 6-9) afirmam que conhecimento é uma “[...] relação que se estabelece entre o sujeito que se conhece e o objeto conhecido.” Pelo conhecimento, o homem penetra nas diversas áreas da realidade para dela tomar posse. Como a própria realidade apresenta níveis e estruturas diferentes em sua constituição, também o conhecimento apresenta também diversos níveis “[...] segundo o grau de penetração no conhecimento e conseqüente (*sic*) posse mais ou

²¹ TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 6. Ed. São Paulo: Pearson, 2007.

menos eficaz da realidade.” Portanto, de acordo com cada caso, teremos quatro níveis de conhecimento:

- a) conhecimento empírico, que é aquele “[...] adquirido pela própria pessoa na sua relação com o meio ambiente ou com o meio social, obtido por meio de interação contínua na forma de ensaios e tentativas que resultam em erros e acertos [...]”, sendo um conhecimento ametódico e assistemático, erroneamente chamado de vulgar ou de senso comum;
- b) conhecimento científico, que é aquele que procura “[...] compreender, além do ente, do objeto, do fato e do fenômeno, sua estrutura, sua organização e funcionamento, sua composição, suas causas e leis [...]”, indo além do conhecimento empírico;
- c) conhecimento filosófico, que “[...] distingue-se do conhecimento científico pelo objeto de investigação e pelo método.” Enquanto o objeto das ciências é constituído de “[...] dados próximos, imediatos, perceptíveis pelos sentidos ou por instrumentos, pois sendo de ordem material e física, são suscetíveis de experimentação [...]”, o objeto da filosofia é constituído de “[...] realidades mediatas, imperceptíveis aos sentidos e que, por serem de ordem supra-sensíveis, ultrapassam a experiência.”
- d) conhecimento teológico, que é o “[...] conjunto de verdades ao qual as pessoas chegaram não com o auxílio de sua inteligência, mas mediante a aceitação dos dados da revelação divina [...]”, constituindo-se do “[...] conhecimento revelado – relativo a Deus – e aceito pela fé teológica.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 6-9).

É fato que não existe conhecimento sem a pessoa que o detém, portanto a possibilidade de codificação e de externalização do conhecimento é essencial para que ocorra a sua difusão. Portanto, o conhecimento pode ser dividido em duas categorias, de acordo com sua possibilidade de estruturação e codificação: o tácito e o explícito. É bom lembrar que os dois conhecimentos se complementam e se

relacionam, sendo impossível de ser medido em cada indivíduo. (CASSAPO, [20--?]).²²

O conhecimento tácito ou não estruturado é pessoal e difícil de ser codificado, dificultando sua transmissão, pois se trata daquele conhecimento que o indivíduo adquire pela experiência, ao longo da vida. É um conhecimento implícito. O interesse na difusão do conhecimento tácito tem sido raro, porém crescente.

O conhecimento explícito ou estruturado é o conhecimento que já foi ou pode ser articulado, codificado e armazenado de alguma forma em alguma mídia. É de fácil codificação, portanto é transmitido rapidamente em larga escala. É percebido como teórico e difundido por diferentes sistemas de estocagem e compartilhamento.

Para completar a definição de tácito e explícito cabe apresentar o diagrama de conversão tácito/explicito e a espiral do conhecimento.

²² CASSAPO, Filipe M. **O que entendemos exatamente por conhecimento tácito e conhecimento explícito.** [S.l.:s.n.], [20--?].



FIGURA 04 - Espiral do Conhecimento
 Fonte: www.rededeinovacao.org.br/LeiturasRecomendadas

Conforme visto na espiral de criação e disseminação do conhecimento acima, pode-se notar as quatro formas de conversões:

1. Socialização: é a transmissão imediata do conhecimento tácito de uma pessoa para outra;
2. Externalização: é ação mais formal e consciente de transformação do tácito para o explícito, normalizando o conhecimento a partir de um modelo mental entre emissor e receptor. Estando normalizado, o conhecimento pode ser distribuído pelas tecnologias de comunicação;
3. Combinação: é o processo de disseminação e sistematização do conhecimento explícito. Uma vez normalizado, o conhecimento explícito poderá ser combinado e comparado com outros conhecimentos explícitos e ser disseminado em larga escala;

4. Internalização: é a volta do conhecimento explícito para o conhecimento tácito, entendida como a apropriação e compreensão do conhecimento explícito por um indivíduo. (CASSAPO, [20--?], p. 1-3).

Cassapo ([20--?], p. 3) conclui que:

A espiral do conhecimento dá-se como uma constante transformação do tácito para o explícito e vice-versa, disseminando e enriquecendo o conhecimento organizacional: o tácito é compartilhado por socialização, de forma que possa ser sistematizado por externalização, para poder ser disseminado e aprimorado por combinação, e finalmente re-assimilado por internalização.

Sabendo-se que a realidade é algo múltiplo e complexo, cientistas, pesquisadores e estudantes trabalham no sentido de nos proporcionar evidências científicas que, “[...] se não indicam a verdade com razoável grau de certeza, pelo menos nos ajuda a entender o universo, a vida e a realidade em que vivemos [...]”, através do trinômio verdade-evidência-certeza. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 10).

Verdade “[...] é o encontro da pessoa com o desvelamento, com o desocultamento e com a manifestação do ser.” Entretanto, a verdade só resulta quando há evidência, “[...] que é a manifestação clara, é transparência, é desocultamento e desvelamento da natureza e da essência das coisas.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 10).

A evidência é critério da verdade, sendo que a evidência se fundamenta na certeza, que é “[...] um estado de espírito que consiste na adesão firme a uma verdade, sem temor de engano.” Assim, temos que “[...] havendo evidência, se o objeto, fato ou fenômeno se desvela ou se manifesta com suficiente clareza, é possível afirmar com certeza, sem temor de engano, uma verdade.” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 11).

O indivíduo pode apresentar outros estados de espírito, quando não há evidência ou suficiente manifestação do objeto, fato ou fenômeno. São:

- a) ignorância que é “[...] um estado intelectual negativo, que consiste na ausência de conhecimento relativo às coisas por falta total de desvelamento”;
- b) dúvida que é “[...] um estado de equilíbrio entre a afirmação e a negação”;
- c) opinião que se caracteriza “[...] pelo estado de espírito que afirma com temor de se enganar.” Entretanto, o cientista preocupa-se em chegar a

verdades que possam ser afirmadas com certeza para se produzir o conhecimento. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 11-12).

Teixeira (2007) organizou um quadro com os diversos níveis da construção do conhecimento segundo as ideias e concepções de três teóricos que estudam a construção do conhecimento. São eles: Pedro Demo, Cipriano Luckesi e Celso Vasconcelos^{23,24,25}. Concomitante aos respectivos níveis apresentados pelos autores acrescentou aquilo que ela compreendeu e desenvolveu como forma de contribuir com os mesmos níveis.

Quadro 2 – Níveis do conhecimento

Níveis	Pedro Demo	Cipriano Luckesi	Celso Vasconcelos	Elizabeth Teixeira
1	Interpretação Reprodutiva	Apreensão		Resumir as ideias do texto
2	Interpretação Própria	Expressão	Mobilização	Resenhar o texto com interpretação própria
3	Reconstrução			Repor, após análise, proposta própria
4	Construção	Construção Transmissão	Construção	Abrir novos caminhos, novas ideias e visões alternativas após investigação
5	Criação/Descoberta		Elaboração e Expressão da síntese do conhecimento	Elaboração de novos modelos/teoria

Fonte: TEIXEIRA, 2007, p. 21.

A mesma autora ainda diz que para transformar um aluno em pesquisador capaz de produzir e disseminar conhecimento é importante desenvolver e aprimorar as competências transversais no aluno, que são: estudar, ler e escrever.

As competências transversais atravessam o cotidiano do aprender a aprender, são pré-requisitos para ser um bom aluno e também um pesquisador, são atitudes e hábitos necessários ao bom desempenho em todas as disciplinas curriculares. (TEIXEIRA, 2007, p. 24).

Para se falar no ato de estudar, não se pode deixar de falar no ato de aprender. Há dois modos de se aprender:

- a) aquisitivo, no qual o aluno adquire o conhecimento através do professor;

²³ DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

²⁴ LUCKESI, Cipriano *et al.* **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

²⁵ VASCONCELOS, Celso dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1993.

b) interativo, no qual o aluno interpreta e dá sentido ao que o professor e o livro dizem.

Para facilitar o estudar e o aprender, Teixeira (2007) destaca que é importante exercitar três aspectos: a atenção, a memória e a associação de ideias.

A mesma autora esclarece ainda que para formar o hábito de estudar é importante instruir os estudantes a desenvolver e organizar:

- a) o tempo para estudar;
- b) o material com que estudar;
- c) o local onde estudar.

O ato de ler envolve a prática de dar significado a tudo que nos cerca. A leitura exige dois momentos:

- a) ler para identificar a fonte do texto, o autor, fazendo uma leitura geral para apreender a mensagem central;
- b) ler para identificar os trechos significativos e informações complementares à ideia central.

O ato de escrever requer uma referência, que é o assunto a que se refere e uma tematização, que a delimitação do assunto. Alguns conhecimentos prévios são necessários para se escrever: conhecimento lingüístico, conhecimento dos tipos de texto e suas características e conhecimento do mundo. (TEIXEIRA, 2007).

Severino (2007, p.25) esclarece que:

A atividade de ensinar e aprender está intimamente vinculada a esse processo de construção de conhecimento, pois ele é a implementação de uma equação de acordo com a qual educar (ensinar e aprender) significa conhecer; e conhecer por sua vez, significa construir o objeto; mas construir o objeto significa pesquisar [...] Sendo o conhecimento construção do objeto que se conhece, a atividade de pesquisa torna-se elemento fundamental e imprescindível no processo ensino/aprendizagem.

Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 13) acrescentam que para se realizar uma verdadeira pesquisa, faz-se necessário, além do conhecimento e o do instrumental metodológico, o rigor e a seriedade de que o trabalho científico se reveste. E esse rigor e essa seriedade só se manifestam se o autor mantiver uma “postura científica”. Essa postura não é inata, é aprendida à custa de esforço e exercícios, exigindo ações racionais. A postura científica é a “[...] expressão de uma consciência crítica, objetiva e racional.”

A consciência crítica leva o pesquisador a aperfeiçoar seu julgamento e a desenvolver o discernimento, admitindo apenas o que é suscetível de prova. A consciência objetiva implica o rompimento com “[...] as posições subjetivas, pessoais

e mal fundamentadas do conhecimento vulgar [...]", pois a objetividade é condição básica da ciência. Muitas outras qualidades de ordem intelectual e moral devem permear a postura científica. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 13-15).

Rodrigues, Lima e Garcia (1998) afirmam que a ciência se materializa mediante a publicação por parte dos cientistas dos resultados obtidos em suas pesquisas e a troca de informações entre esses cientistas denomina-se comunicação científica, que inclui todas as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação. Cabe ao cientista comunicar de forma adequada e de maneira ampla o resultado de seu trabalho, já que na Ciência faz-se necessário a comunicação, a circulação e o intercâmbio de ideias. Assim, a normalização é vista como um instrumento perfeito de uniformização dos meios de expressão e comunicação no campo científico, pois é fator tanto de qualidade quanto facilitador de transferência da informação científica. (RODRIGUES; LIMA; GARCIA, 1998).

Medeiros (2008, p. 22) diz que:

Um dos objetivos da produção científica é levar os resultados da pesquisa para o maior número de pessoas possíveis, assim sendo, a normalização será importante para a aceitação, acolhimento, aprovação e crédito, servindo até de base para outros trabalhos. Por isso a linguagem científica deve ser normalizada a fim de ser compreendida universalmente. O uso de normas da área de documentação melhora a comunicação, facilita a leitura, imprime qualidade e facilita o intercâmbio de modo geral.

O trabalho científico é o veículo de comunicação adotado pela comunidade científica para a divulgação dos resultados dessas pesquisas, portanto os interessados em adentrar a comunidade científica devem aderir a esse modelo de comunicação. E para permitir uma comunicação que abranja todas as diversidades de conteúdos típicos da ciência é que surge a normalização como possibilidade metodológica de uniformização da escrita, já que "[...] a normalização tem como uma de suas características a capacidade de contribuir para harmonizar as peculiaridades em cada área e em cada veículo de comunicação." (RODRIGUES; LIMA; GARCIA, 2008, p.153).

As mesmas autoras afirmam ainda que todo o processo de criação desenvolvido na universidade necessita da "[...] normalização, entendida como o processo de formular e aplicar normas para acesso sistemático a uma atividade típica do meio universitário: a redação do trabalho científico." (RODRIGUES; LIMA; GARCIA, 2008, p.153).

A normalização surge tanto como fator de qualidade quanto como facilitador da disseminação da informação científica, em uma época em que há uma

grande massa de informação circulando instantaneamente através das tecnologias da informação.

Sabendo-se que a produção científica é um ato criativo, pode-se afirmar que a universidade é o espaço privilegiado para essa criação, já que ela é “centro gerador de conhecimento” e “espaço privilegiado de desenvolvimento de pensamento, da reflexão e da análise crítica.” (RODRIGUES *et al.*, *apud* RODRIGUES; LIMA; GARCIA, 1998, p.152-153)²⁶.

Reconhecendo-se ainda que o papel da universidade é a formação de pesquisadores, que possuem a difícil tarefa da comunicação científica de suas pesquisas, torna-se imperiosa a utilização de normas técnicas na redação de trabalhos acadêmicos, já que a padronização é uma característica da comunicação científica. Portanto, cabe à universidade incentivar a melhoria da qualidade formal da produção gerada em suas dependências.

Sendo a universidade reconhecida como local onde se pensa de forma crítica, ela vem sendo desafiada pela sociedade e pelo Estado a fazer com que seus alunos produzam conhecimento, disseminando informações. Mediante as contínuas mudanças que ocorrem na sociedade, atingindo a realidade brasileira, diante de um tempo em que se exige o encontro, a convivência e a troca permanente de informações como forma de potencializar novas experiências no processo de formação, faz-se necessário que a universidade reflita sobre o seu papel. (RODRIGUES; LUCK; BREGLIA, 2002).²⁷

Rodrigues, Lima e Garcia (2008, p. 153, grifo das autoras) afirmam que:

É papel da universidade promover o cultivo da pluralidade do pensamento e, por conseqüência, das formas de abordagem e interpretação da realidade. É papel da universidade, também, permitir a análise dos mais diferentes objetos de estudo. À universidade será permitido, portando, colocar **tudo** em questão. A universidade seria vista, então, não como uma mera consumidora e repetidora de informações, mas, sim, um espaço privilegiado, onde se cultive a reflexão crítica sobre a realidade e se criem conhecimentos com bases científicas.

A Lei 9394/96 assim se reporta quanto à finalidade da educação superior:

[...] estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para participação do desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua

²⁶ RODRIGUES, Mara Eliane F. *et al.* **Metodologias para a organização do trabalho intelectual**: das interfaces entre normalização e transferência da informação. Niterói, 1995, 10 p. Projeto de pesquisa aprovado no Departamento de Documentação da Universidade Federal Fluminense.

²⁷ RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LUCK, Esther Hermes; BREGLIA, Vera Lúcia Alves. O ensino com a prática da pesquisa: delineamento de uma nova proposta de formação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 41-47, jan./jun. 2002.

formação continuada, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino e publicações ou outra forma de comunicação; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural das pesquisas científicas e tecnológicas geradas na instituição.²⁸

Observa-se aqui a interdependente relação entre pesquisa ensino e extensão, onde “[...] o predomínio de uma atividade desequilibra o sistema, trazendo conseqüências irremediáveis à criação cultural, ao pensamento crítico-reflexivo, ao desenvolvimento da qualidade material e social da sociedade brasileira e da ciência [...]” (CASTRO, 2002, p. 51).²⁹

Portanto, a formação universitária deve primar pelo espírito de investigação, deve fazer da pesquisa parte do programa curricular dos cursos e formar profissionais com capacidade de investigar soluções para seus problemas. A educação por meio da pesquisa é elemento fundamental para que se chegue ao moderno profissional almejado pelos cursos universitários. Deve-se acreditar que a pesquisa é o diferencial na formação do aluno, defender que a vivência da mesma é condição para que se possa traçar seus próprios rumos e contribuir para o crescimento científico. (GUIMARÃES, 2002).³⁰

A idéia (*sic*) do ensino articulado à pesquisa baseia-se em atitudes analíticas, reflexivas, questionadoras e problematizadoras, em que a aprendizagem parte das observações próprias para indagar sobre o conhecimento e o próprio mundo. Assim, nessa metodologia de ensino, adota-se como referência o ato de **interrogar**, **(re)produzir** e **criar**: interrogar a realidade de modo crítico e permanente, (re)produzir o conhecimento de modo consciente de suas limitações e orientar o aluno para a busca de soluções criativas para os problemas com que se defronta.

²⁸ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

²⁹ CASTRO, César Augusto. A pesquisa discente nos cursos de graduação em biblioteconomia e ciência da informação. **Transinformação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 49-53, jan./jun., 2002.

³⁰ GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Pesquisa discente em Biblioteconomia no Brasil: elementos para uma política em cursos de graduação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 55-62, jan./jun. 2002.

(ForGRAD, 2000, *apud* RODRIGUES; LUCK; BREGALIA, 2002, grifo do autor).³¹

Assim pensado, o aluno não é apenas um sujeito contemplativo da realidade, mas sim um sujeito com ela envolvido, deixando de ser objeto do ensino e passando a ser sujeito do processo, onde o trabalho de criação é coletivo, sendo o professor e o aluno coautores, desenvolvendo assim a capacidade de negociar, articular e ser solidário. A formação universitária deve pautar-se pelo espírito de investigação, onde o conceito de pesquisar deve ser considerado uma atitude investigativa. “A universidade deve fazer da pesquisa parte do programa curricular dos cursos e formar profissionais com capacidade de investigar/buscar solução para os mais variados problemas.” (RODRIGUES; LUCK; BREGALIA, 2002, p. 45).

Nesse contexto, de acordo com Severino (2007), a universidade tem como responsabilidade o desenvolvimento de atividades específicas: o ensino, a pesquisa e a extensão. Atividades que necessitam ser articuladas entre si, tendo a pesquisa como o ponto básico de apoio e de sustentação de suas outras duas tarefas: o ensino e a extensão.³²

A função de ensino baseia-se no fato de que o conhecimento humano precisa ser disseminado, repassado e universalizado, não podendo ficar arquivado. Assim ele precisa ser transformado em conteúdo de ensino, de modo a assegurar a universalização de seus produtos, a visibilidade e o reconhecimento de seus produtores perante a comunidade científica.

A função de extensão baseia-se no fato de que os produtos do conhecimento necessitam ser usufruídos por todos aqueles que se vinculam as instituições produtoras e disseminadoras do conhecimento, no caso a universidade. Assim procedendo, a universidade proporciona a formação do aprendiz e do pesquisador.

O UNIFOR – Centro Universitário de Formiga/MG, recebeu da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), o selo “IES Socialmente Responsável”, certificando o Centro Universitário de Formiga como uma Instituição de Ensino Superior (IES) comprometida com a educação e com a sociedade pelo segundo ano consecutivo. Esse selo é conferido às instituições que

³¹ ForGRAD. **O Currículo como expressão do projeto pedagógico**: um processo flexível. Niterói, 2000.

³² SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

participam do Dia do Ensino Responsável, promovido anualmente pela ABMES. O Dia do Ensino Responsável tem como principal objetivo reunir Instituições de Ensino Superior de todo o país, num só dia, para organizar uma mostra de ações resultantes de projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos ao longo do ano. A certificação foi conferida ao UNIFOR em 2010 devido à sua participação no Dia da Responsabilidade Social, sexta edição do evento, e ainda 2011 e 2012 devido à sua participação no Dia da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular – Ensino Responsável, sétima edição do evento. A validade do selo é de um ano.³³



FIGURA 05 – Selo de responsabilidade social nas IES
Fonte: www.uniformg.edu.br

A função da pesquisa baseia-se no fato de que não haveria o que se ensinar e nem haveria ensino válido se o conhecimento a ser ensinado e socializado não fosse construído mediante a pesquisa.

Conforme foi afirmado por Severino (2007), o ensino superior visa atingir três objetivos, que são articulados entre si:

- a) formação de profissionais das diferentes áreas aplicadas, mediante o ensino/aprendizagem de habilidades e competências técnicas;

³³ CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA. **UNIFOR recebe selo de Instituição de Ensino Superior Socialmente Responsável 2011/2012**. Disponível em: http://site.uniformg.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4690&Itemid=278>. Acesso em: 15 nov. 2012.

- b) formação do cientista, por meio da disponibilização dos métodos e conteúdos de conhecimento das diversas especialidades do conhecimento;
- c) formação do cidadão, pelo estímulo de uma tomada de consciência, por parte do estudante, do sentido da existência histórica, pessoal e social.

Esse mesmo autor afirma ainda que não haveria sentido em se pesquisar se não tivesse em vista o benefício social do conhecimento a ser realizado através da extensão, assim como não estaria garantida a disseminação dos resultados do conhecimento produzido e da formação de novos aplicadores desse resultado sem o ensino.

E assim, cada dia mais estão sendo reconhecidas e implementadas as modalidades de atividades de iniciação ao procedimento científico e a extensão desses procedimentos.

Nesse aspecto, Severino (2007, p. 26) esclarece:

É o que ocorre com o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e com a exigência da realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Além de eventual contribuição de seus conteúdos, executar esses trabalhos é praticar a pesquisa, iniciar-se à vida científica e vivenciar a forma mais privilegiada de aprender.

Rodrigues (2003) afirma que a universidade deve proporcionar uma formação que permita ao indivíduo desenvolver capacidade crítica, criativa, transformadora e autônoma, deixando de ser um espaço apenas de transmissão e de aquisição de informação, para se transformar em local da construção e produção do conhecimento, onde o aluno atua como sujeito da aprendizagem.³⁴

O ensino não pode ser uma atividade que se limita a mostrar o que está feito, a transmitir o conhecimento acumulado, mas sim ser uma atividade de orientação para que as pessoas se capacitem a adquirir as informações necessárias para resolução de problemas que a vida oferece, em todos os campos. A pesquisa deve ser considerada um “[...] esforço metódico de busca de informações para produzir conhecimentos novos, ampliar a compreensão do mundo e auxiliar na

³⁴ RODRIGUES, Maria Eliane Fonseca. A pesquisa no ensino e o ensino da pesquisa. *Transinformação*, Campinas, v. 15, n. 3, p. 363-372, set/dez. 2003.

solução dos problemas concretos que as pessoas enfrentam.” (CHIZZOTTI, 2001, p. 106 apud RODRIGUES, 2003, p. 367)³⁵

Rodrigues (2003, p. 367) afirma ainda que:

[...] a concepção de ensino, que tem na pesquisa seu elemento constituidor, é o ponto de partida para redimensionar a atual relação da universidade com o conhecimento, transformando o aluno em partícipe do processo construtivo do conhecimento. [...] a articulação do ensino à pesquisa constitui-se em um componente essencial para impulsionar uma resignificação da atitude de ensinar e aprender [...]

No entanto, para promover a articulação entre ensino e pesquisa, torna-se necessário promover a pesquisa como “princípio educativo”, tornando a pesquisa “ambiente didático cotidiano”, transformando o ambiente acadêmico em espaço estimulante e favorável à leitura constante e onde “[...] a feitura de trabalho próprio é óbvia, o esforço de equipe bem organizado e produtivo é exigência evidente.” Mas, integrar o processo ensino-aprendizagem com a pesquisa requer mudanças de posturas: o professor deve deixar de ser transmissor de informações para ser mediador pedagógico; o aluno deve transformar-se em protagonistas no processo de aprendizagem, providenciando informações para solucionar situações do cotidiano. (RODRIGUES, 2003, p. 368).

Castro (2012, p. 53) entende que a pesquisa deve seguir três dimensões:

- a) iniciação Científica, entendida como toda atividade de pesquisa que objetiva ensinar os primeiros caminhos do saber científico aos alunos;
- b) constância, que é aquela que é contínua em todo fazer/saber pedagógico e que ocorre em sala de aula diariamente;
- c) trabalho de conclusão de curso, no qual o aluno “[...] de posse de instrumentais teóricos-metodológicos adquiridos no curso, investiga um aspecto do seu real-teórico ou prático.”

Kobashi (2002, p. 156) afirma que:

é através da pesquisa, portanto, que o aluno adquire um conjunto de competências, principalmente aquelas relativas às técnicas de pesquisa e de apresentação de seus resultados. Ou seja, a pesquisa capacita o aluno a coletar informações, a organizá-las de modo coerente e a apresentá-las de modo confiável e convincente, habilidades hoje consideradas indispensáveis não só nas áreas tradicionalmente conhecidas como científicas, mas também em áreas profissionais. Essas competências, uma

³⁵ CHIZZOTTI, A. Metodologia do ensino superior: o ensino com pesquisa. In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. (Org.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas: Papirus, 2001. p. 103-112.

vez assimiladas, tornarão o discente apto a trabalhar com autonomia, mais tarde. (KOBASHI, 2002, p. 156).³⁶

Portanto, deve ser ao longo da vida universitária que o estudante precisa ir adquirindo a experiência da pesquisa, através dos diversos tipos de trabalhos acadêmicos requeridos na jornada acadêmica. Vivenciando a prática diária da pesquisa científica ao longo do curso universitário, o aluno sairá instrumentalizado, de posse das ferramentas metodológicas necessárias à descoberta de soluções dos problemas enfrentados no decorrer até mesmo da vida.

³⁶ KOBASHI, Nair Yumiko. Notas sobre o papel da pesquisa em cursos de graduação em ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 153-158, jul./dez. 2002.

5 TRABALHOS ACADÊMICOS

Observa-se que a trajetória acadêmica dos estudantes é marcada por um número considerável de exigências didático-pedagógicas de trabalhos acadêmicos. Tais exigências fazem parte do aprendizado. No transcurso da vida universitária, os estudantes devem apresentar, por escrito e de forma sistematizada, resultados de estudos, pesquisas, resenhas ou levantamentos realizados. São denominados trabalhos acadêmicos quando produzidos nos cursos de graduação e pós-graduação. São os relatórios, estudos, planos, projetos, resenhas, levantamentos bibliográficos e de campo, e outras formas de trabalho, resultantes de algum tipo de pesquisa, que devem ser descritos com o mínimo de padronização e método. (MENDONÇA; ANDRADE; SAMPAIO, 2008).³⁷

Cada universidade ou faculdade tem normas próprias para seus respectivos cursos de graduação e pós-graduação, apresentando pequenas diferenças quanto à exigência de pesquisa para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos. Pode-se considerar que a vida estudantil, no âmbito da universidade, é um constante processo de pesquisa. Pesquisar possibilita investigar e estudar de forma minuciosa e sistemática um campo qualquer do conhecimento. No processo de pesquisa deve-se ter em mente que a metodologia inclui a prática de estudo da realidade que consiste em dirigir o espírito na investigação da verdade.

Atualmente, a produção acadêmica tem aumentado consideravelmente, estimulando constantemente a produção de artigos nas mais diversas áreas do conhecimento, além de exigir a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e tantos outros trabalhos como relatórios, projetos e resumos. Tem-se observado que em várias instituições está sendo exigido que o TCC e os demais trabalhos acadêmicos estejam em conformidade com a normalização bibliográfica, sob pena de não serem aceitas as produções que não obedeçam as referidas normas. Tem-se a consciência de que tal tarefa não tem sido bem aceita pela comunidade acadêmica, que não foi treinada para a aplicação das normas. Entretanto, embora haja resistência quanto a essa aplicação, é de responsabilidade do autor normalizar seu trabalho de forma a conquistar uma aceitação e maior divulgação de sua produção do conhecimento, já que cada dia mais nenhuma

³⁷ MENDONÇA, Gismalia M.; ANDRADE, Roseli; SAMPAIO, Eduardo M. **Padronizador de trabalhos acadêmicos**: um instrumento de apoio a normalização. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2593.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

instituição de ensino está aceitando trabalhos que não sigam as recomendações da ABNT. Portanto, o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos requer o uso da normalização, já mencionada no capítulo três. (PRESTES, 200?).³⁸

Diferentes autores classificam os trabalhos científicos em variados tipos, sendo que uns são mais requeridos que outros nos cursos de graduação.

De acordo com Andrade (1997, p. 56) “[...] são vários os tipos de trabalhos científicos, classificados por diferentes autores, segundo pontos de vista diversos e terminologia não padronizada.”³⁹

Salomon (1977 *apud* Andrade, 1997, p. 58) diz que “[...] o trabalho científico passa a designar a concreção da atividade científica, ou seja, a investigação e o tratamento, por escrito de questões abordadas metodologicamente.”⁴⁰ Esse mesmo autor analisa os seguintes tipos de trabalhos:

- a) *recensão e abstract*: sendo que *recensão* atualmente está em desuso;
- b) *Divulgação científica*: encarada como “[...] processo de transmissão de conhecimentos ao público geral ou particular”;
- c) *relatório de pesquisa e informe científico*: ratifica a ideia de que todo trabalho científico é um relatório;
- d) *monografias e trabalhos monográficos*: trabalhos finais dos cursos de pós-graduação: monografia, memória científica, tesina, dissertação científica e tese doutoral. Memória científica, dissertação científica ou exercitação científica correspondem à dissertação do mestrado. Tesina é a designação utilizada nas universidades espanholas e italianas para a dissertação de mestrado. (SALAMON, 1977 *apud* ANDRADE, 1997, p. 58-59).

Salvador (1997 *apud* ANDRADE, 1997, p. 57) conceitua trabalho científico como “[...] escritos que resultam de pesquisas científicas e também, em sentido

³⁸ PRESTES, Roseli Senna. A normalização como fator de qualidade ao trabalho acadêmico. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/a-normalizacao-como-fator-de-qualidade-ao-trabalho-academico/25055/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

³⁹ ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de graduação**: noções práticas. São Paulo: Atlas, 1997.

⁴⁰ SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**: elementos de metodologia do trabalho científico. 5. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

largo, de pesquisas didáticas.”⁴¹ Esse autor fez uma classificação de trabalhos científicos seguindo uma ordem crescente de complexidade:

- a) trabalhos de síntese: incluem sinopses e resumos;
- b) resenha crítica: definida como “[...] apresentação do conteúdo de uma obra, acompanhada de uma avaliação crítica”;
- c) trabalhos de divulgação científica: notas ou comunicações científicas, artigos, memória científica. Sendo que:
 - I. notas e comunicações científicas: não são claras as diferenças entre notas e comunicações, distinguindo-as apenas pela extensão;
 - II. artigo: trabalho científico completo, mas sem extensão suficiente para ser um livro;
 - III. memória científica: divide-se em dois grupos:
 - recapitulativa: apresenta conhecimentos referentes a um assunto de forma completa e sistemática, geralmente requeridos no final da graduação;
 - original ou tese: solicitada ao final do pós-graduação;
- d) relatórios e informes científicos: tipo de trabalho que informa os “[...] resultados obtidos em uma pesquisa, as descobertas feitas pelo pesquisador ou os primeiros resultados de uma pesquisa em curso”;
- e) trabalhos monográficos: são os trabalhos específicos dos cursos de pós-graduação: monografia, ensaio, dissertação e tese. (SALVADOR, 1997 *apud* ANDRADE, 1997, p. 58-59).

Já Andrade (1997) classificou os trabalhos científicos em:

- a) resenhas bibliográficas: é um tipo de trabalho mais complexo, exigindo conhecimento do assunto, de forma a estabelecer comparação com outras obras da mesma área e maturidade intelectual para fazer avaliação e emitir juízos de valor;
- b) artigos científicos: é um texto de extensão variável, com autoria declarada, que apresenta e discute idéias, métodos, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento, geralmente destinado a uma publicação periódica;

⁴¹ SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 6. ed. rev.e aum. Porto Alegre: Sulina, 1997.

- c) papers: texto escrito de uma comunicação oral, podendo apresentar o resumo ou o conteúdo integral da comunicação e tem por objetivo sua publicação nas atas ou anais do evento em que foi apresentada;
- d) comunicações científicas: modalidade de trabalho apresentada oralmente em congressos, simpósios e outros eventos científicos;
- e) relatórios: é um documento onde se expõe a descrição objetiva de fatos, acontecimentos ou atividades, seguida de uma análise rigorosa, objetivando tirar conclusões ou tomar decisões;
- f) seminários: é uma técnica de estudo que inclui pesquisa, discussão e debate, tendo como finalidade lançar novas ideias ou pesquisas, visando mais à formação que à informação do estudante. (ANDRADE, 1997, p. 59-75).

Martins (2004) destacou em sua pesquisa os seguintes tipos de trabalhos científicos:

- a) resenha ou fichamento: exposição sobre o conteúdo de uma obra, acompanhada de uma avaliação crítica;
- b) resumo: representação sucinta e objetiva dos pontos relevantes de um texto;
- c) Artigo científico: texto com produção intelectual individual ou coletiva, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento;
- d) paper: é um pequeno artigo científico, elaborado sobre determinado tema ou resultados de um projeto de pesquisa para comunicações em congressos e reuniões científicas, sujeitos à sua aceitação por julgamento;
- e) original: apresenta temas ou abordagens próprias;
- f) revisão: reúne, analisa e discute informações já publicadas;
- g) nota Prévia: texto de extensão reduzida e simples, contendo informações científicas novas, ou por se tratar de pesquisa em andamento, ou por razões de segurança;
- h) relatório técnico-científico: documento que relata os resultados obtidos e uma pesquisa ou que descreve a situação de uma questão técnico-científica;

- i) dissertação: revela a sistematização de conhecimentos já apresentados argumentados com imparcialidade, de maneira a conduzir o leitor a estabelecer seu próprio argumento;
- j) tese: importa em contribuição inédita para o conhecimento;
- k) monografia: “documento que representa o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido devendo ser feito sob a coordenação de um orientador. “(MARTINS, 2004, p. 3-4).⁴²

Severino (2007, p.199) alerta para o fato de que “[...] os trabalhos científicos diferenciam-se em função principalmente de seus objetivos e da natureza do próprio objeto abordado, assim como em função de exigências específicas de cada área [...]”, e faz ainda uma referência aos principais tipos de trabalhos científicos comumente solicitados nos vários momentos da vida acadêmica:

- a) trabalho científico e monografia: tipo de trabalho científico que reduz sua abordagem a um único assunto, satisfazendo à exigência da especificação, caracterizando-se pela sua unicidade, delimitação e profundidade do tema. São formas de trabalho exigidas na graduação e pós-graduação;
- b) trabalhos didáticos: são relatórios científicos de estudos realizados pelo universitário, com variados níveis de profundidade e rigor na expressão, fazendo parte da formação técnica ou científica do estudante;
- c) TCC- Trabalho de Conclusão de Curso: trabalho teórico, documental ou de campo que visa “[...] articular e consolidar o processo formativo do aluno pela construção do conhecimento científico em sua área”, devendo ser praticado como um trabalho científico;
- d) relatório da pesquisa de iniciação científica: atividade científica desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica, vinculadas a um subsídio financeiro para que o aluno possa dedicar mais à investigação, sendo também acompanhada por comissões especializadas;

⁴² MARTINS, Kátia L. M. **Elaboração e estrutura de trabalhos acadêmicos**. Belém: Unama – Universidade da Amazônia, 2004. Disponível em: <<http://www.bcc.unama.br/portaldotfg/arquivos/outros/regrasdaunama.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2012.

- e) resumos e resenhas: resumo é um trabalho de extração de ideias, de um exercício de leitura no qual será realizada a síntese das ideias do texto. Resenha, recensão de livros ou análise bibliográfica é “[...] uma síntese ou um comentário dos livros publicados feito em revistas especializadas das várias áreas da ciência, das artes e filosofia.” As resenhas permitem selecionar a bibliografia necessária ao desenvolvimento de um trabalho científico;
- f) ensaio teórico: “[...] estudo bem desenvolvido, formal, discursivo e conclusivo, consistindo na exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal.” O autor possui maior liberdade para defender sua posição sem se apoiar em aparato bibliográfico;
- g) relatórios técnicos de pesquisa: atividade que se refere a um projeto ou a um período em questão, visando historiar seu desenvolvimento, explanando os caminhos percorridos, as atividades realizadas e os resultados obtidos até então;
- h) artigos científicos: trabalho destinado à publicação em periódicos, tendo por finalidade registrar e divulgar resultados de novos estudos e/ou pesquisas ou expressar algum tipo de esclarecimentos para um público especializado;
- i) resumos técnicos de trabalhos científicos: apresentação concisa do conteúdo de um trabalho de cunho científico, tendo como finalidade apresentar uma idéia (*sic*) completa do teor do documento analisado. (SEVERINO, 2007, p.199-210).

França e Vasconcelos (2007, p. 33-49), baseadas na NBR 14724, definiram os tipos de trabalhos acadêmicos mais solicitados no meio universitário em monografias, dissertações e teses e memoriais. Entretanto, as autoras mencionam alguns tipos de trabalhos científicos tais como relatórios técnico-científicos, artigos de publicações periódicas, resumo e recensão.⁴³ São eles:

- a) monografias: “[...] constituem o produto de leituras, observações, investigações, reflexões e críticas desenvolvidas nos cursos de graduação”, tendo como principal característica a abordagem de um

⁴³ FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

- tema único. Deve estar relacionada ao curso e ter a supervisão de um orientador;
- b) dissertações e teses: “[...] abordam um tema único, exigindo investigações próprias à área de especialização e métodos específicos”, exigidas nos cursos de pós-graduação. Dissertação, exigida para a obtenção do grau de mestre, e tese, exigida para a obtenção do grau de doutor, se diferenciam quanto ao grau de profundidade e originalidade exigidas na tese;
- c) memoriais: “[...] relatório exigido em Universidades para obtenção de progressão vertical na carreira dos Docentes.” Difere-se do *curriculum vitae* já que este se limita a “[...] apresentar dados biográficos, de formação acadêmica e atividades profissionais”, sem comentários pessoais, enquanto memoriais inclui a “[...] descrição e a avaliação crítica da formação universitária, das atividades profissionais e, em particular, das atividades docentes que possam contribuir par ao julgamento global do candidato.” (FRANÇA; VASCONCELOS, 2007, p. 33-49);
- d) relatórios técnicos-científicos: “[...] documento que relata formalmente os resultados ou progressos obtidos em investigação de pesquisa e desenvolvimento ou que descreve a situação de uma questão técnica ou científica.” (NBR 10719, 1989d, p.1 *apud* FRANÇA; VASCONCELOS, 2007, p. 50);
- e) artigos de publicações periódicas;
- f) resumo e resenha:
- I. resumo: “[...] apresentação concisa e seletiva de um texto, ressaltando de forma clara e sintética a natureza do trabalho, seus resultados e conclusões mais importantes, seu valor e originalidade.” Retringe-se ao conteúdo do trabalho analisado. Caracterizam-se em:
 - resumo crítico ou resenha: análise crítica de um documento, redigido por especialista no assunto;

- resumo indicativo: apresentação condensada dos pontos relevantes do documento, não dispensando consulta ao original;
 - resumo informativo: texto que pode ser entendido sem consulta ao original devida a quantidade de informações relevantes;
- II. *recensão*: “[...] trabalho de síntese, publicado logo após a edição de uma obra, tendo por objetivo servir como veículo de crítica e avaliação.” Constitui seção especial de revistas, também chamado de *revisão*, *nota de livros* ou *resenha*. (FRANÇA; VASCONCELOS, 2007, p. 90-91).

Pinheiro (2010) apresenta como trabalhos científicos os seguintes trabalhos: monografias, dissertações e teses, trabalhos de conclusão de curso artigos científicos e relatórios:⁴⁴

- a) *monografias, dissertações e teses*: “[...] são os relatórios finais das pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação para a obtenção de especialista, mestre e doutor, respectivamente.” O autor diz que são trabalhos científicos que tem em comum os seus elementos, partes e capítulos e obedecem às mesmas exigências de rigor metodológico. (PINHEIRO, 2010, p. 123).

Após a conclusão do curso de graduação, existem duas modalidades de especialização: Pós-graduação *Lato Sensu* e Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Os cursos de pós-graduação podem ocorrer na forma *stricto sensu* (mestrado e doutorado) ou *lato sensu* (especialização e aperfeiçoamento), tendo estes últimos por objetivo fundamental atender a uma demanda específica do mercado de trabalho. [...]

As monografias, de modo geral, destinam-se a ser requisitos parciais para obtenção de titulação em programas de pós-graduação (nível de especialização). As dissertações e teses, são publicações científicas, que destinam-se a ser requisitos parciais para a obtenção de titulação em programas de pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado. (PINHEIRO, 2010, p. 123).

- b) *trabalho de conclusão de curso*: atividade obrigatória em cursos de graduação, objetivando promover a articulação entre a teoria e a prática, de caráter acadêmico-científico.

[...] trabalho científico correlacionado com uma área do saber, levando em consideração as suas habilitações, composto por um projeto no qual o formando demonstrará a sua competência para desenvolver pesquisa, aplicar metodologia apropriada, identificar variáveis e correlacioná-las e, ao

⁴⁴ PINHEIRO, José Maurício dos Santos. **Da iniciação científica ao TCC**: uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

final de um período de tempo determinado, elaborar o texto de conclusão da pesquisa, a ser apresentado em forma de artigo científico. [...] [...] tem como objetivo o desenvolvimento de atividades que deverão acontecer intra e extra-classe, promovendo a integração entre os conhecimentos das diversas disciplinas, unindo a teoria e a prática, além de introduzir o formando à linguagem científica. (PINHEIRO, 2010, p. 135).

c) artigo científico: “[...] trabalho de pesquisa realizado a partir de uma teoria ou de um problema elaborado pelo seu autor. Pode ser elaborado a partir da síntese de uma monografia, dissertação ou tese [...].” A ABNT reconhece dois tipos de artigos:

- I. Artigo original: apresenta temas ou abordagens próprias;
- II. Artigo de revisão: apresenta um resumo, análise e discussão de informações já publicadas. (PINHEIRO, 2010, p. 92).

d) relatórios: trabalhos executados com o objetivo de “[...] apresentar e descrever informações relativas a momentos experimentados, ouvidos ou observados ou de historiar a execução de serviços e experiências.” (PINHEIRO, 2010, p. 107).

Oliveira (2011) apresenta uma obra visando a oferecer subsídios aos estudantes de graduação e pós-graduação para a construção dos trabalhos acadêmicos mais requeridos ao longo dos cursos.⁴⁵ E, de acordo com essa autora, os trabalhos acadêmicos são:

- a) projetos acadêmicos: é o planejamento de todo o processo para a construção de uma monografia, dissertação ou tese;
- b) relatórios: descrição minuciosa de forma escrita ou oral daquilo que se viu, ouviu ou se observou;
- c) monografias: o autor engloba nesse tópico Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI), as dissertações e as teses e conceitua monografia como “estudo por escrito de um só tema exaustivamente estudado e bem delimitado”, requeridos ao final da graduação ou pós-graduação. (OLIVEIRA, 2011, p. 57);
- d) artigo científico: trabalho apresentado em periódicos.

Já Teixeira (2009) apresenta como trabalhos acadêmicos os seguintes trabalhos:

⁴⁵ OLIVEIRA, Maria Marly de Oliveira. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 5. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

- a) resumo e resenha: no resumo apresenta-se com suas palavras as ideias do autor lido e resenha é aquela que além de apresentar as ideias do autor lido, traz uma análise sobre o conteúdo, evidenciando comentários, questionamentos e posições pessoais;
- b) artigo e paper: onde artigo são trabalhos elaborados para serem publicados em revistas ou periódicos especializados e paper é trabalho semelhante ao artigo, porém de menor extensão;
- c) relatório: são trabalhos requeridos após o desenvolvimento de uma atividade qualquer, no qual se relata tudo que foi feito/observado. (TEIXEIRA, 2009, p.38-46).

Motta-Roth (2003) nomeia três gêneros centrais no meio acadêmico: o artigo, o abstract e a resenha:

- a) artigo: gênero mais usado como meio de produção e divulgação de conhecimento gerado na atividade de pesquisa. Seu objetivo central é discutir ou apresentar fatos referentes a um projeto de pesquisa;
- b) abstract: é um resumo do artigo e serve para dar ao leitor uma ideia geral do que vai encontrar ao ler o texto na íntegra. Normalmente precede o artigo;
- c) resenha: é um texto que resume e avalia um livro ou um artigo. (MOTTA-ROTH, 2003).⁴⁶

De acordo com a NBR 14724 (2011, p. 2-4) que especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos, os tipos de trabalhos acadêmicos são:

Dissertação: documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando a obtenção do título de mestre.

Tese: documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa a obtenção do título de doutor, ou similar.

Trabalho de conclusão de curso de graduação, trabalho de graduação interdisciplinar, trabalho de conclusão de curso de especialização e/ou aperfeiçoamento: documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser

⁴⁶ MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). **Redação acadêmica**: princípios básicos. Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador.⁴⁷

Cabe esclarecer que para a obtenção de uma titulação acadêmica é exigida a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC), no qual os temas dos trabalhos são comunicados em forma de monografias, para obtenção do título da graduação, licenciatura ou bacharelado; em forma de dissertações para obtenção do título de mestre; em forma de teses para obtenção do grau de doutor, pós-doutor e livre docente. Esses documentos possuem a mesma estrutura, variando a extensão e o nível de aprofundamento do tema. Para que se garanta o reconhecimento e acesso a esses trabalhos, os autores devem obedecer rigorosamente às diretrizes e normas de apresentação editadas pela ABNT. (MENDONÇA; ANDRADE; SAMPAIO, 2008).

A caracterização de trabalhos científicos e os conceitos aqui utilizados parecem o suficiente para dar uma visão geral da variação existente. Redigir, no contexto da universidade, é produzir textos acadêmicos com objetivos muito específicos, já que cada gênero, como exposto acima, possui funções diferentes. Para se produzir um texto acadêmico é necessário ter conhecimento dos gêneros mais usados e saber suas especificidades. Ter ideia clara desses gêneros e do modo como eles são utilizados é condição primordial para que se possa produzir textos acadêmicos eficazmente.

Portanto, deve haver, no âmbito universitário, um esforço concentrado no sentido de formular textos de qualidade para que possam ser publicados, assegurando assim espaço profissional, já que na cultura acadêmica a produtividade intelectual é medida pela produtividade na publicação. Apesar de haver certo questionamento quanto à política de publicação pautada pela quantidade em detrimento de uma análise quanto à qualidade dessa publicação, há uma pressão para se escrever e publicar. (MOTTA-ROTH, 2003).

⁴⁷ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: 2011.

6 MATERIAIS E MÉTODOS

Na segunda etapa da pesquisa, posteriormente à autorização do UNIFOR-MG para realização da mesma e da aprovação do projeto pelo CEPH – UNIFOR-MG, procedeu-se à coleta de dados envolvendo os professores-orientadores da disciplina de Metodologia Científica, das bibliotecárias da Biblioteca Ângela Vaz Leão e da professora de normalização bibliográfica, que formam a amostra pesquisada.

6.1 Tipo de pesquisa

Com base nos objetivos gerais, essa pesquisa é classificada em descritiva, conceituada por Gil (2002, p. 42) como: “[...] pesquisa que tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”⁴⁸

Apresenta caráter exploratório, definido por Severino (2007, p. 123) como aquela pesquisa que “[...] busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.” A pesquisa de caráter exploratório é adequada ao pesquisador iniciante, pois possibilita maior aprofundamento do problema investigado.

Classificada também como bibliográfica, cuja pesquisa é “[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2007, p. 122). É fundamental buscar o aporte teórico em autores de reconhecida competência na área em que se discute o problema de pesquisa, o que dará sustentação ao estudo, já que se apoia em conhecimento já sistematizado e publicado na literatura.

Quanto ao delineamento, trata-se de um estudo de caso, que Severino (2007, p.121) afirma ser a “[...] pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo.”

Quanto à natureza, optou-se pela abordagem qualitativa, que conforme Lima (2004, p. 29), “[...] valoriza a idéia (*sic*) de intensidade em detrimento de idéia

⁴⁸ GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

(*sic*) de quantidade.”⁴⁹ Suas principais vantagens são a objetividade e a clareza dos dados e seus objetivos são abarcar ao máximo a descrição, explicação e compreensão dos sujeitos estudados. As opiniões, atitudes e crenças dos sujeitos investigados permitirão um melhor conhecimento dos benefícios e dificuldades da normalização relativas à elaboração de trabalhos acadêmicos.

6.2 Caracterização do campo de estudo

O curso de biblioteconomia do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR, há 45 anos no mercado, habilita seus profissionais para trabalhar em bibliotecas, arquivos empresariais e institucionais, centros culturais de documentação e de pesquisa; conservação, recuperação e encadernação de documentos; consultoria em intranet, portais e sites de organizações; editoras e museus. Habilita ainda a prestar serviços autônomos como a normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos, já que o profissional desse curso tem por objetivo dominar o conteúdo das normas exigidas na formatação de tais trabalhos.⁵⁰

A Biblioteca Ângela Vaz Leão do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR, em funcionamento há mais de 40 anos, conta, atualmente, com uma infraestrutura moderna e ambientes adequados ao ensino, pesquisa e extensão, bem como com um acervo diversificado e amplo, abrangendo todas as áreas do conhecimento oferecidas pelos cursos desta instituição de ensino superior. Disponibiliza vários tipos de serviços à comunidade acadêmica, dentre os quais se pode citar a orientação quanto às normas exigidas nos trabalhos acadêmicos em geral.⁵¹

6.3 Amostra

A amostra compõe-se de quatro professoras orientadoras de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e uma professora da disciplina Normalização

⁴⁹ LIMA, Manolita Corrêia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

⁵⁰ CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR. **Curso de Biblioteconomia**. Disponível em: <http://www.uniforg.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=47&Itemid=183>. Acesso em: 30 mar. 2012.

⁵¹ CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR. **Biblioteca Ângela Vaz Leão**. Disponível em: <http://www.uniforg.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=47&Itemid=183>. Acesso em: 30 mar. 2012.

Bibliográfica do Curso de Biblioteconomia e três bibliotecárias da Biblioteca Ângela Vaz Leão do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR, totalizando sete entrevistadas.

Como critério de exclusão, uma professora recusou-se a responder à entrevista pelo pouco tempo de adesão à tarefa de orientação de TCC, já que se incorporou à atividade no segundo semestre do corrente ano. Ressalta-se, também, como critério de exclusão a orientadora deste trabalho pelo fato de estar envolvida no processo de elaboração do TCC, pois isto não seria uma atitude ética.

Sabendo-se que tanto as bibliotecárias quanto as professoras orientadoras de TCC são profissionais detentoras da aplicação das normas bibliográficas no feitiço de trabalhos acadêmicos e responsáveis em auxiliar alunos na sua execução em conformidade com as normas exigidas, escolheu-se essa amostra intencional para obtenção do ponto de vista dessas profissionais, através da vasta experiência obtida quanto às dificuldades e/ou facilidades apresentadas por esses alunos; experiência essa que será imprescindível na execução desse trabalho.

Quanto à amostra intencional, Marconi e Lakatos (2010, p. 38) afirmam que “[...] o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela.”

As mesmas autoras ainda acrescentam que:

O pesquisador não se dirige, portanto, à massa, isto é, a elementos representativos da população em geral, mas àqueles que, segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião na comunidade. Pressupõe que estas pessoas, por palavras, atos ou atuações, têm a prioridade de influenciar a opinião dos demais. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 38).⁵²

Quadro 3 – Situação da amostra pesquisada

AMOSTRA	QUANTIDADE
Orientadoras de TCC	3 orientadoras
Professora de Normalização	1 professora
Bibliotecárias	3 bibliotecárias
TOTAL	7 entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

⁵² MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

6.4 Considerações éticas

Esta pesquisa segue rigorosamente a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, a qual versa sobre as Diretrizes e as Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos:

III.2 - Todo procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser humano, cuja aceitação não esteja ainda consagrada na literatura científica, será considerado como pesquisa e, portanto, deverá obedecer às diretrizes da presente Resolução. Os procedimentos referidos incluem entre outros, os de natureza instrumental, ambiental, nutricional, educacional, sociológica, econômica, física, psíquica ou biológica, sejam eles farmacológicos, clínicos ou cirúrgicos e de finalidade preventiva, diagnóstica ou terapêutica.⁵³

Nesse estudo, constaram todos os formulários éticos necessários à pesquisa com seres humanos, tais como:

- a) Termo de Aceite de Orientação: é o termo que contém todos os dados pessoais do aluno-pesquisador e ainda a declaração do professor se comprometendo a orientar o trabalho;
- b) Carta de Apresentação da Aluna: elaborada para que o aluno/pesquisador seja apresentado pelo seu orientador à empresa/instituição na qual realizou sua pesquisa e ainda ressalta o sigilo dos dados obtidos;
- c) Declaração de Aceite da Empresa/Instituição: é o termo que a empresa/instituição assina permitindo que o aluno desenvolva sua pesquisa desde que mantenha a integridade da empresa;
- d) Carta de Ciência e Autorização: é o consentimento expresso da pessoa física responsável pela empresa/instituição permitindo a realização da coleta de dados;
- e) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: assinado pelo sujeito da pesquisa, comprometendo-se a colaborar na obtenção dos dados, após ser informado sobre os objetivos da pesquisa, seus riscos e benefícios e tendo seu anonimato garantido;
- f) Termo de Obrigatoriedade de Sigilo: termo no qual o aluno-pesquisador declara estar ciente da necessidade em manter sigilo sobre as informações obtidas e ainda em não publicar nada que afete direta ou indiretamente os envolvidos na pesquisa.

⁵³ BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196, de 16 de novembro de 1996**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm>. Acesso em: 30 mar. 2012.

6.5 Instrumentos e procedimentos

A técnica de pesquisa escolhida foi a entrevista, que segundo Severino (2007, p. 124) “[...] é uma técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados.” Optou-se por essa técnica por proporcionar interação entre pesquisador e pesquisado de forma a se apreender o que os sujeitos da pesquisa pensam e argumentam sobre o tema abordado.

Os procedimentos a serem adotados durante o processo da pesquisa constaram das seguintes etapas:

- a) convite à professora Syrlei para orientação voluntária da pesquisa;
- b) pedido de autorização à coordenadora de curso para a realização orientação voluntária e para o desenvolvimento da pesquisa;
- c) definição do tema, do objetivo, do tipo da pesquisa bem como dos sujeitos da pesquisa;
- d) pedido de autorização dos sujeitos da pesquisa para a realização da mesma;
- e) elaboração do projeto da pesquisa para aprovação do comitê de ética;
- f) entrega do projeto ao Comitê de Ética (CEPH-UNIFOR);
- g) defesa oral do projeto de pesquisa;
- h) após aprovação do projeto, entrevista com os sujeitos da pesquisa;
- i) coleta de dados na literatura selecionada;
- j) redação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- k) apreciação do TCC pela orientadora;
- l) entrega do TCC;
- m) defesa oral e pública do TCC perante a banca examinadora;
- n) correções sugeridas pela banca examinadora.

As perguntas da entrevista foram aprovadas pela Prof^a Syrlei Maria Ferreira que possui experiência de vários anos na área de estudo desse trabalho.

Desde a definição do tema desse trabalho, foi estabelecido contato com a Coordenadora do Curso de Biblioteconomia e a Bibliotecária Chefe da Biblioteca Ângela Vaz Leão, e cada uma recebeu uma cópia da Carta de Apresentação da Aluna e da Carta de Ciência e Autorização devidamente assinadas.

O contato com as professoras e as bibliotecárias pesquisadas foi estabelecido somente quando o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Humanos (CEPH) do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, assim como a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a aplicação dos questionários também ocorreram posteriormente à aprovação do projeto.

6.6 Tratamento dos dados

Os dados obtidos a partir das entrevistas foram tratados de forma literal, já que as perguntas eram abertas, o que propiciou oportunidade de cada entrevistada opinar e apresentar sua posição pessoal.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através das entrevistas aplicadas, foram obtidos os resultados abaixo, que serão confrontados com a literatura existente, com a intenção de se verificar o alcance dos objetivos propostos nesse trabalho.

Dentre a amostra selecionada, obtivemos os seguintes números de entrevistas respondidas:

Quadro 4 – Número de entrevistas concedidas

AMOSTRA	ENTREVISTAS CONCEDIDAS
Orientadoras de TCC	3 entrevistas
Professora de Normalização	1 entrevista
Bibliotecárias	3 entrevistas
TOTAL	7 entrevistas

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Nesse caso, entre as orientadoras de TCC, a amostra de 3 professoras foi atingida totalmente, obtendo 100% de resposta; entre a professora de normalização e as bibliotecárias, a amostra de 4 pessoas foi atingida totalmente, ou seja, foi obtida 100% de resposta.

7.1 Entrevista

7.1.1 Qual sua experiência na área de normalização?

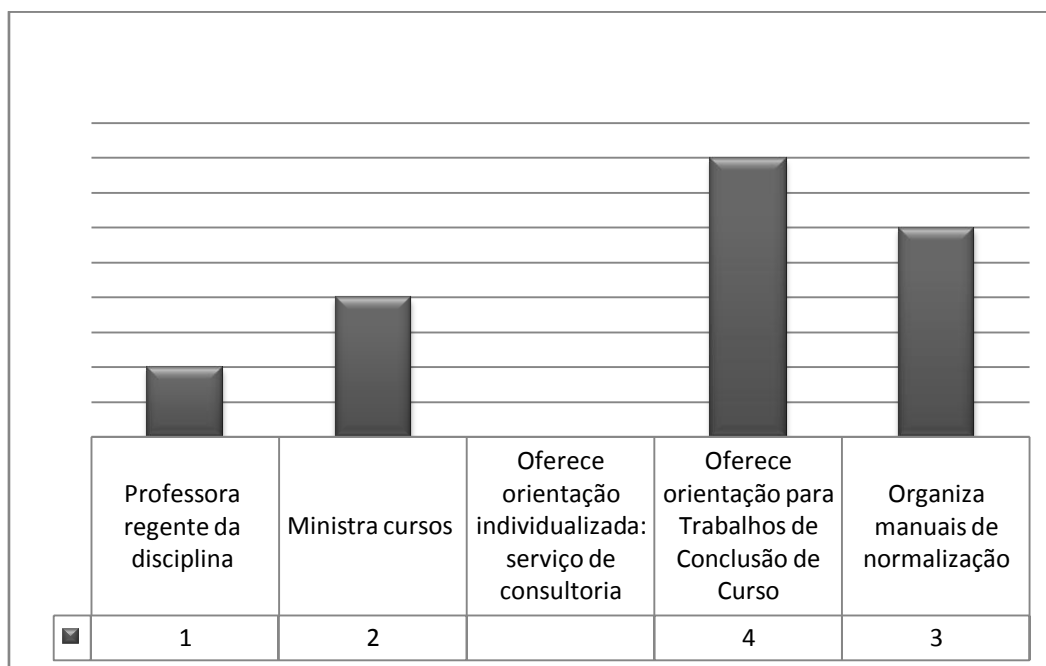


FIGURA 6 – Experiência dos professores na área de normalização

7.1.2 Há quanto tempo atua nesta área de normalização?

As respostas variaram entre 04 até 22 anos de atuação na área, cada qual em sua função.

7.1.3 Em quais instituições atua na docência da disciplina? Para quais cursos? Em quais instituições atua como orientadora de TCC?

Todas as profissionais atuam no UNIFOR – Centro Universitário de Formiga, sendo que 3 (três) atuam como orientadoras de TCC, 1 (uma) como professora de normalização e 3 (três) como bibliotecárias.

7.1.4 Quais são as normas que apresentam maiores dificuldades em sua aplicação? Por que?

As normas citadas foram a NBR 6023, NBR 10520, NBR 14.725 e a NBR 15.287, todas identificadas como normas com grande quantidade de informação e detalhes para serem memorizadas.

Quadro 5 - Normas que apresentam maiores dificuldades em sua aplicação

Norma	Explicação	Quantidade de vezes citada
NBR 6023 – Informação e documentação – Referências – Elaboração	- quantidade de detalhes já que a norma cobre muitos documentos; - fato de a norma fazer parte da disciplina ofertada no primeiro período, quando os alunos não possuem afinidade com a área; - ausência de aplicação da norma cotidianamente, esquecendo as regras; - deixar de prever muitas orientações para referenciar documentos. Ex: jurídicos e eletrônicos.	Citada por 3 entrevistadas.
NBR 10.520 – Informação e documentação – Citações	- dificuldade em assimilar as regras; - dificuldade em identificar como deve ser feita a citação no texto;	Citada por 2 entrevistadas.
NBR 14.725 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação	devido à complexidade da norma.	Citada por 1 entrevistada.
NBR 15.287 – Informação e documentação — Projeto de pesquisa — Apresentação	- devida à dificuldade de assimilação por parte dos alunos; - dificuldade de elaborar justificativas, hipóteses, etc., pré-requisitos para a elaboração do projeto;	Citada por 1 entrevistada.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Souza (2001, p. 75-76) diz que dentre as normas que regulamentam a bibliografia, as normas 6023, 6024, 6027, 6028, 6029, 6034, 10520, 10524 são as que mais se aplicam durante a redação e apresentação de trabalhos acadêmicos e por isso mesmo apresentam o maior índice de dificuldade em se colocar em prática.

7.1.5 Qual a contribuição que os professores das demais disciplinas poderiam oferecer para oportunizar ao aluno a aplicação das normas técnicas?

Obteve-se certo consenso nas respostas dos entrevistados, que foram categóricos ao dizerem que para que haja uma contribuição de todos os professores, os mesmos deveriam:

- Orientar e familiarizar o aluno quanto ao uso das normas;
- cobrar a aplicação das normas em todos os trabalhos acadêmicos. Isso faria com que as regras fossem realmente incorporadas na vida acadêmica e futura vida profissional dos estudantes.

Macedo (1989, p. 361) ainda alerta que:

[...] não adianta trabalhar ferrenhamente com os alunos, no 1º semestre do curso de graduação, passando-lhes instrumentais de pesquisa bibliográfica e da organização de trabalhos de pesquisa dentro de normas bibliográficas e espírito científico, se outras disciplinas, em grande parte, não tomam conhecimento desse aprendizado. Com isso, ocorre, retrocesso ao estado inicial dos calouros: não levam em conta a delimitação do tópico, não estabelecem esquema provisório para iniciar a pesquisa bibliográfica e coletar informações para organização de fichas de leitura, não se importam com normas de citação e referência, não seguem mais os princípios de apresentação formal do texto etc.

7.1.6 Você acha que há esse compromisso dos professores de exigir do aluno a normalização em seus trabalhos em suas respectivas disciplinas? Se não, por que isso ocorre?

Apenas uma entrevistada afirma haver compromisso dos professores em exigir do aluno a normalização nos trabalhos de suas disciplinas.

As outras sete entrevistadas afirmam não haver compromisso dos professores nessa exigência.

As explicações dadas para esse descompromisso dos professores foram todas baseadas na crença de que a maioria dos professores desconhece as normas e a correta aplicação das mesmas, tanto por não ser da área em questão ou por não ter aprendido em seus cursos ou por falta de vivência da metodologia científica.

Macedo (1989, p. 366) concorda que os professores não exigem de seus alunos a normalização porque “[...] não receberam durante a sua formação instrumentalização para pesquisa e normalização bibliográfica, ficando impotentes para repassar postura científica e consciência bibliográfica.”

7.1.7 Qual é a importância da normalização bibliográfica para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, em sua opinião?

Todas as entrevistadas citaram a padronização dos trabalhos de forma a facilitar a leitura e a compreensão do texto, proporcionando clareza e qualidade do conteúdo.

Apenas uma entrevistada citou a garantia de disseminação da informação através do uso da normalização.

E outra entrevistada mencionou a credibilidade da informação proporcionada pela normalização.

Rother (2011) afirma que:

A normalização bibliográfica, como atividade reguladora, unifica formatos, procedimentos, favorece e facilita o registro, a transferência das informações para os meios impressos e/ou eletrônicos e permite a recuperação mais efetiva de documentos em sistemas de informação, além de garantir uma padronização que facilita o uso e a disseminação de seu conteúdo.

7.1.8 Quais são as dificuldades apresentadas pelos alunos que a procura para auxílio em seus trabalhos acadêmicos quanto à normalização?

Houve uma variedade de respostas para essa questão.

Foi mencionada a dificuldade de entendimento do vocabulário das normas por parte do estudante, bem como a dificuldade de aplicação das regras quanto à referências, citações e notas de rodapé.

A elaboração do pré-projeto também foi mencionada como dificuldade apresentada, pois os alunos não conseguem colocar em prática o conteúdo aprendido nas aulas de metodologia científica, dificultando a definição do tipo de pesquisa e da amostragem, e a definição dos aspectos a serem abordados e desenvolvidos no texto.

Uma entrevistada ressaltou a insegurança dos alunos quanto a assunto tão complexo, alegando pouco conhecimento e pouca informação sobre o assunto.

Macedo (1989, p. 357) afirma que:

Ao longo de mais de vinte anos, por força de atuação como bibliotecária, professora a nível de pós-graduação, graduação e extensão, orientadora de trabalhos de grau e como diretora da revista especializada, podemos observar, nos mais diferentes níveis, estudiosos em geral (de aluno, professor e pesquisador) tendo dificuldades no momento de delimitar o assunto de seus trabalhos, ou para levantar a bibliografia básica e preparar as anotações de leitura e respectivas citações de fontes, ou para organizar o aparato bibliográfico do trabalho, estruturar e comunicar o resultado da pesquisa.

7.1.9 Em sua opinião, qual é a origem das dificuldades apresentadas?

Nessa questão também houve variedade de respostas.

- Três entrevistadas mencionaram o desconhecimento das normas até chegarem ao ensino universitário como fator agravante dessas

dificuldades apresentados e ressaltaram que se os alunos fossem apresentados aos princípios básicos de normalização tais como referências, citações e resumos ainda no ensino básico, o rendimento certamente seria outro.

- Duas entrevistadas afirmaram ser a carga horária da disciplina Metodologia Científica ineficiente para repassar conhecimentos tão vastos.
- Duas entrevistadas alertaram para o fato de que a matéria é lecionada nos primeiros períodos do curso, o que faz com que quando os alunos precisam colocar em prática as regras, já não se lembram mais como fazer.
- Duas entrevistadas acreditam que a pouca ou nenhuma exigência dos professores na aplicação das normas resulta na falta de familiaridade e conseqüente dificuldade no uso das mesmas.
- Uma entrevistada julga a ausência do hábito de leitura como agravante dessas dificuldades.
- Outra pesquisada acredita na falta de melhor orientação por parte do professor de metodologia.

Quanto a isso, Macedo (1989, p. 358) afirma que:

Vítimas de um sistema de ensino que não os tem levado, gradativamente, à aquisição de uma postura científica, desenvolvendo-lhes o espírito investigativo, crítico e criador, os estudantes e estudiosos brasileiros, a duras penas, desenvolvem seus trabalhos e os apresentam na mais perfeita desarmonia. Como conseqüência (*sic*) desse despreparo, publicações dos mais diversos tipos (trabalhos didáticos e de congressos, artigos, relatórios técnicos e teses, livros) são postos a lume como diversas falhas. Mesmo que o conteúdo seja de alto nível e a forma de comunicação e expressão a mais correta, se a documentação de texto for apresentada de modo inconsistente e houver omissão às normas de apresentação do trabalho científico, haverá, por certo, prejuízo aos leitores e aos serviços de documentação.

7.1.10 Você considera a carga horária da disciplina Metodologia Científica, que é a responsável por passar os conhecimentos sobre normalização, suficiente para que todo o conteúdo seja ministrado nas aulas? Se não, por quê?

Houve muita divergência nessa questão.

- Uma pesquisada não quis opinar, outra informou desconhecer a carga horária.

- Duas afirmaram ser a carga horária suficiente para o ensino da matéria.
- Já duas outras entrevistadas não acreditam que a carga horária seja suficiente e acrescentaram que a matéria deveria ser dada em todos os períodos, assim o aluno teria uma melhor vivência na aplicação das normas.
- Outra entrevistada não concorda que a disciplina metodologia científica seja a única responsável pelo conteúdo da normalização, pois, em sua opinião, metodologia científica é para apresentar e discutir a história da ciência, os métodos científicos, o rigor metodológico, ou seja, o fazer ciência. Essa entrevistada acrescenta ainda que muitas aulas de metodologia se resumem à aplicação de manuais de normalização e isso reflete na péssima qualidade dos trabalhos acadêmicos apresentados pelos alunos; e afirma que se for para ministrar normalização que seja à parte, nunca em metodologia científica, a não ser que a carga horária ultrapasse as 120 horas/aula, já que o conteúdo é extenso tanto para a normalização quanto para a metodologia em si.

7.1.11 Você considera suficiente apenas um período com essa disciplina? Se não, quantos períodos você julga ser necessário?

As respostas obtidas foram divergentes e até conflitantes.

- Uma pesquisada preferiu não opinar e outra não soube informar.
- Duas entrevistadas afirmam ser suficiente um período com a disciplina já que, no curso de Biblioteconomia, há outras disciplinas que estudam a normalização.
- Três entrevistadas não consideram suficiente apenas um período com a disciplina e que deveria sim haver um aumento da carga horária da matéria. Sendo que:
 - ✓ uma delas afirma que a matéria deveria ser lecionada em todos os períodos do curso;
 - ✓ outra acredita que a matéria deveria ser lecionada nos períodos finais do curso;

- ✓ e a terceira sugere que, no caso de alunos de biblioteconomia, dois períodos de normalização, como já acontece no Unifor e para outros cursos, um período com disciplina própria de normalização em 80 h/a (oitenta horas/aula).

Já Macedo (1989, p. 365) afirma que:

A ministração da disciplina em si, não basta. Precisa estar vinculada a uma programação didático-metodológica da unidade, engajando todas as outras pesquisas. E, por que não, a uma política geral da universidade?

Se não houver coesão curricular na observância de uma metodologia básica e de normas bibliográficas ensinadas e praticadas nos cursos de 'Orientação Bibliográfica', haverá, por certo, um retrocesso de conhecimento, e dificilmente a universidade conduzirá os estudantes para uma postura científica.

7.1.12 Quais os períodos da graduação você considera serem ideais para que a disciplina seja ministrada?

Aqui também se obteve respostas divergentes.

- Três entrevistadas acreditam que os primeiros períodos sejam os ideais para a disciplina, para oportunizar a aplicação das normas durante o curso, ainda que exista desconhecimento por parte dos alunos quanto a diversidade de tipologia de documentos.
- Duas pesquisadas acreditam que os últimos períodos do curso sejam os ideais para ministrar a disciplina.
- Uma entrevistada afirma ser importante ministrar a disciplina em todos os períodos.
- Outra entrevistada não concorda que exista um período ideal, já que o importante é o conteúdo ser bem ministrado.

Já Macedo (1989, p. 369) diz que:

A normalização não é um fim mas um meio, uma postura de espírito que vai sendo adquirida com o exercício da pesquisa e do trabalho documentado, e isso poderá ser desenvolvido a partir das 6^a séries, quando se pretende desenvolver a criatividade através de trabalhos escritos, orais e muita leitura extra-classe. Se os professores de 1^o grau e até de pré-escola estiverem alertados para as questões de pesquisa e normalização, metodologia da pesquisa bibliográfica e uso da biblioteca, muita coisa já poderá ser dirigida para a aquisição de uma pré-postura científica do seu alunado [...]

7.1.13 Você acredita que os alunos colocam em prática os conhecimentos adquiridos nas aulas?

- Três entrevistadas acreditam que os alunos colocam em prática aos conhecimentos adquiridos em aula.
- Duas entrevistadas acreditam que poucos colocam em prática.
- Duas entrevistadas acreditam que somente quando egressos e se forem cobrados colocam em prática esses conhecimentos.

7.1.14 Você tem alguma sugestão para melhorar essa questão polêmica da necessidade de produzir trabalhos científicos normalizados e das dificuldades decorrentes dessa atividade?

Algumas sugestões foram dadas.

- Três entrevistadas sugerem que os professores conscientizem seus alunos sobre a importância da normalização nos trabalhos acadêmicos, esclarecendo que as dificuldades enfrentadas podem ser sanadas com a prática da normalização.
- Outra entrevistada acredita que as dificuldades provêm do desinteresse dos alunos.
- Uma entrevistada diz que o mais relevante é incentivar a leitura e a prática da aplicação das normas.
- Uma das entrevistadas já não vê polêmica nessa questão. Ela diz que existe a necessidade – por ser extremamente importante e relevante - e pronto. Afirma ainda que se ela não é seguida ou se há sugestão para que a normalização seja suprimida, é resultado de preguiça de alguns que não a compreendem e, por isso, preferem criticar ou anulá-la. A entrevistada alerta que os benefícios da normalização para a comunicação científica e trabalhos acadêmicos é incontestável.
- Outra entrevistada não apresentou sugestão.

7.1.15 Há algum comentário que você gostaria de apresentar para contribuir melhor para essa importante questão?

Não houve muita contribuição nessa questão.

- Três entrevistadas não fizeram nenhum comentário.
- Três entrevistadas sugerem a conscientização e a motivação por parte dos professores sobre a importância da normalização no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e para que os trabalhos

sejam elaborados de acordo com as normas bibliográficas, alertando que as dificuldades enfrentadas na aprendizagem podem ser sanadas com a prática.

- Outra disse que há necessidade de discussão constante sobre o assunto, já que a tendência é de deixá-lo adormecido e relegar a normalização a um aprendizado secundário e conclui que isso é um erro já que sua aplicação e princípios são válidos para qualquer área do conhecimento.

8 CONCLUSÃO

Com base na pesquisa bibliográfica realizada e na coleta de dados, pode-se observar que a normalização bibliográfica é uma atividade muito importante para a elaboração de trabalhos acadêmicos, já que essa normalização garante a clareza de ideias bem como facilita a disseminação da informação, além de ser garantia de aceitabilidade dos trabalhos por parte da comunidade científica.

Identificou-se que a origem das dificuldades de aplicação das diretrizes de normalização bibliográfica está realmente ligada ao fato de a disciplina não ser trabalhada no ensino fundamental nem no ensino médio, fazendo com que quando o aluno ingressa na universidade, a qual passa a exigir dos estudantes uma postura diferente em relação à pesquisa, não sabem como proceder.

E essa questão faz com que haja uma necessidade de que a disciplina seja trabalhada no primeiro ano da graduação. Entretanto, observou-se que os alunos estão imaturos demais para apreenderem a importância e relevância de tais conhecimentos em sua vida acadêmica e profissional. Houve bastante divergência e até certo desconhecimento por parte dos entrevistados a respeito da eficiência da carga horária para o aprendizado das normas bem como em qual período seria adequado manter a disciplina.

Percebeu-se que as duas principais dificuldades metodológicas para a aplicação das regras por parte dos alunos foram a referência de fontes e as citações bibliográficas. Tanto as referências quanto as citações necessitam de consulta às NBRs, que são as normas que as regulamentam, já que são extensas e complexas, causando maior dificuldade de assimilação das regras.

Boa parte dos entrevistados concordou que os professores não tiveram treinamento adequado quanto ao uso das normas, nem foram orientados a adquirir uma postura científica gradativa, fato que faz com que eles não exijam tão eficazmente de seus alunos a aplicação das diretrizes técnicas.

Propõe-se que seja realizado um projeto de incentivo no ambiente universitário a todos os professores, de todas as disciplinas, em relação a importância da aplicação das regras da normalização na elaboração de trabalhos acadêmicos, para que assim, consigam transmitir aos alunos a real importância da utilização dessas questões nas pesquisas e passem a exigir a aplicação das normas em seus conteúdos, auxiliando a fixação da normalização bibliográfica.

Sugere-se ainda que a disciplina esteja presente tanto nos dois primeiros períodos iniciais, quanto nos dois períodos anteriores ao último para que os alunos possam relembrar a aplicação das regras, bem como a importância da utilização das mesmas em seus trabalhos.

Ainda, alerta-se para que cada coordenador de curso realize um trabalho no sentido de conscientizar os alunos de que, a partir do momento que eles ingressam no ensino superior, precisam adquirir postura científica e seriedade na realização de seus trabalhos acadêmicos, tanto no aspecto do conteúdo científico, como também da normalização bibliográfica.

Todos os objetivos propostos foram alcançados e a hipótese de que há um descaso com a matéria e uma conformação geral diante do desinteresse por parte do alunado, resultado da ausência de informações sobre normalização ainda no ensino fundamental, bem como pelo despreparo dos professores, que não foram treinados para serem pesquisadores foi confirmada. Notou-se que realmente os alunos foram vítimas de um sistema que não os levou, gradativamente, à aquisição de uma postura científica, nem lhes desenvolveu o espírito investigativo, crítico e criador.

Cabe ressaltar que foi observado através das entrevistas que há divergências tanto quanto a importância da disciplina Metodologia Científica nos cursos de graduação, quanto à eficiência da carga horária. Sugere-se novo estudo sobre o assunto de forma a ampliar os conhecimentos nessa área, já que se trata de matéria totalmente relevante em tempos de ensino associado à pesquisa, com uma amostra maior e mais diversificada, abrangendo professores que atuam em cursos de outras áreas do conhecimento, para obtenção de uma visão mais abrangente sobre a temática ora analisada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de graduação**: noções práticas. São Paulo: Atlas, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

_____. Da proteção da marca e das normas da ABNT. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/IMAGENS/protecao_marca_das_normas_abnt.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. **História da normalização brasileira**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/imprensa/livro_abnt/70anos_ABNT.pdf>. Acesso em: 21 mar 2012.

_____. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196, de 16 de novembro de 1996**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm>. Acesso em: 30 mar. 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

BRASIL. Lei de Direitos e Obrigações Relativos à Propriedade Industrial. **Lei nº 9.279/962 de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos a propriedade industrial. Brasília, DF, 8 dez. 1999. Brasília, DF, 15 mai. De 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm>. Acesso em: 22 de nov. 2012.

CASSAPO, Filipe M. **O que entendemos exatamente por conhecimento tácito e conhecimento explícito**. [S.l.:s.n.], [20--?].

CASTRO, César Augusto. A pesquisa discente nos cursos de graduação em biblioteconomia e ciência da informação. **Transinformação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 49-53, jan./jun. 2002.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR. **Biblioteca Ângela Vaz Leão**. Disponível em: <http://www.uniformg.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1984&Itemid=58>. Acesso em: 30 mar. 2012.

_____. **Curso de Biblioteconomia**. Disponível em: <http://www.uniformg.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=47&Itemid=183>. Acesso em: 30 mar. 2012.

_____. UNIFOR recebe selo de Instituição de Ensino Superior Socialmente Responsável 2012/2013. Disponível em:

http://site.uniformg.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4690&Itemid=278>. Acesso em: 15 nov. 2012.

CERVO; Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CONMETRO - Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Disponível em: < <http://www.inmetro.gov.br/inmetro/conmetro.asp>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Normalização. Disponível em: http://www.normalizacao.cni.org.br/normas_tecnicas.htm. Acesso em 25 jun. 2012.

DORIA, Irene de Menezes. A atuação da Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 101-105, jan./jun. 1976.

ESTEBAN, Francisco F. Sanz. O desafio de reerguer a ABNT. **Banas qualidade**, dez. 2001

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Pesquisa discente em Biblioteconomia no Brasil: elementos para uma política em cursos de graduação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 55-62, jan./jun. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS. Disponível em: <<http://www.ibp.org.br/main.asp?Team={48E030FD-95E4-4A99-9E8A-0085722A1768}>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

KOBASHI, Nair Yumiko. Notas sobre o papel da pesquisa em cursos de graduação em ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 153-158, jul./dez. 2002.

LIMA, Manolita Corrêia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MACEDO, Neusa Dias. Normalização: uma postura a ser adquirida gradativamente. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 357-373, jul./dez. 1989.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, Nilcéia Lage de. **Fórum de normalização, padronização, e revisão do texto científico.** Belo Horizonte: Fórum, 2008.

MENDONÇA, Gismalia M.; ANDRADE, Roseli; SAMPAIO, Eduardo M. **Padronizador de trabalhos acadêmicos:** um instrumento de apoio a normalização. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2593.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

MIRANDA, José Luis Carneiro de. GUSMÃO, Heloísa Rios. **Os caminhos do trabalho científico:** orientação para não perder o rumo. Brasília: Brinquet de Lemos: Livros, 2003

MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). **Redação acadêmica:** princípios básicos. Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly de Oliveira. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses.** 5. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PINHEIRO, José Maurício dos Santos. **Da iniciação científica ao TCC:** uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

PRESTES, Roseli Senna. **A normalização como fator de qualidade ao trabalho acadêmico.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-normalizacao-como-fator-de-qualidade-ao-trabalho-academico/25055/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

RIBEIRO, Célia Maria. **Da produção acadêmica à comunicação científica:** padronização como instrumento de socialização do conhecimento. Campinas: Ed. da PUC, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=147>. Acesso em: 1 abr. 2012.

RODRIGUES, Maria Eliane Fonseca. A pesquisa no ensino e o ensino da pesquisa. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 363-372, set/dez. 2003.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Márcia H..T. de Figueiredo; GARCIA, Márcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 147-156, jul./dez. 1998.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LUCK, Esther Hermes; BREGLIA, Vera Lúcia Alves. O ensino com a prática da pesquisa: delineamento de uma nova proposta de formação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 41-47, jan./jun. 2002.

ROTHER, Edna Terezinha. **O papel da normalização nas publicações científicas.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72802007000400001>. Acesso em: 1 abr. 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos**: um guia metodológico. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

VARGAS, Graziela Mônaco. **Estudos básicos sobre normalização**: origem, conceitos e organismos reguladores. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em :
<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Trabalho_FINAL_Normalizacao.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

BIBLIOGRAFIA

AROUCK, Osmar. **Normas brasileiras de documentação**: uma introdução. Belém: Ed. da UFPA, 1995. 65p.

CHIZZOTTI, A. Metodologia do ensino superior: o ensino com pesquisa. In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M.E. (Org.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas: Papirus, 2001. p. 103-112.

DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

ForGRAD. **O Currículo como expressão do projeto pedagógico**: um processo flexível. Niterói: [s.n.], 2000.

LUCKESI, Cipriano *et al.* **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

RODRIGUES, Mara Eliane F. *et al.* **Metodologias para a organização do trabalho intelectual**: das interfaces entre normalização e transferência da informação. Niterói, 1995, 10 p. Projeto de pesquisa aprovado no Departamento de Documentação da Universidade Federal Fluminense.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**: elementos de metodologia do trabalho científico. 5. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 6. ed. rev. e aum. Porto Alegre: Sulina, 1997.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1993.

APÊNDICE A – Entrevista – Professoras do curso de Biblioteconomia e bibliotecárias da Biblioteca Ângela Vaz Leão – UNIFOR-MG – FORMIGA - 2012

Cara professora e/ou bibliotecária:

Venho solicitar a gentileza de sua colaboração em conceder-me uma entrevista para desenvolvimento de minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso intitulada “A importância da normalização bibliográfica para a elaboração de trabalhos acadêmicos.” O objetivo da pesquisa é descrever a importância da normalização no feitiço de trabalhos acadêmicos e tem como professora orientadora e pesquisadora responsável a professora Syrlei Maria Ferreira.

A partir de seu consentimento em fornecer seu depoimento oral, que será gravado e transcrito literalmente para análise, será possível avaliar os dados.

Em momento algum seu nome será divulgado ou relacionado aos trechos do depoimento.

Sua colaboração é imprescindível para a concretização da pesquisa. Assim sendo, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Eunice de Oliveira Frazão Pereira dos Santos
Aluna do Curso de Biblioteconomia

Syrlei Maria Ferreira
Professora orientadora da pesquisa

- 8 Qual sua experiência na área de normalização?
- () Professora regente da disciplina
 - () Ministra cursos
 - () Oferece orientação individualizada: serviço de consultoria
 - () Oferece orientação para Trabalhos de Conclusão de Curso
 - () Organiza manuais de normalização

- 9 Há quanto tempo atua nesta área de normalização?
- 10 Em quais instituições atua na docência da disciplina? Para quais cursos?
- 11 Em quais instituições atua como orientadora de TCC?
- 12 Quais são as normas que apresentam maiores dificuldades em sua aplicação?
Por que?
- 13 Qual a contribuição que os professores das demais disciplinas poderiam oferecer para oportunizar ao aluno a aplicação das normas técnicas?
- 14 Você acha que há esse compromisso dos professores de exigir do aluno a normalização em seus trabalhos em suas respectivas disciplinas? Se não, por que isso ocorre?
- 15 Qual é a importância da normalização bibliográfica para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, em sua opinião?
- 16 Quais são as dificuldades apresentadas pelos alunos que a procura para auxílio em seus trabalhos acadêmicos quanto à normalização?
- 17 Em sua opinião, qual é a origem das dificuldades apresentadas?
- 18 Você considera a carga horária da disciplina Metodologia Científica, que é a responsável por passar os conhecimentos sobre normalização, suficiente para que todo o conteúdo seja ministrado nas aulas? Se não, por quê?
- 19 Você considera suficiente apenas um período com essa disciplina? Se não, quantos períodos você julga ser necessário?

- 20 Quais os períodos da graduação você considera serem ideais para que a disciplina seja ministrada?
- 21 Você acredita que os alunos colocam em prática os conhecimentos adquiridos nas aulas?
- 22 Você tem alguma sugestão para melhorar essa questão polêmica da necessidade de produzir trabalhos científicos normalizados e das dificuldades decorrentes dessa atividade?
- 23 Há algum comentário que você gostaria de apresentar para contribuir melhor para essa importante questão?